

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS NORTE
SEDE: URUAÇU
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

DHÉSSICA RAMOS DA SILVA

**DO PROGRESSO AO QUARTO DE DESPEJO: a “escrevivência” de Carolina Maria
de Jesus**

URUAÇU-GO
MAI 2023

DHÉSSICA RAMOS DA SILVA

**DO PROGRESSO AO QUARTO DE DESPEJO: a “escrevivência” de Carolina Maria
de Jesus**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para aprovação no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Norte - Sede: Uruaçu.

Orientador: Prof. Me. Neilson Silva Mendes.

URUAÇU-GO
MAI 2023

AGRADECIMENTOS

Após muito esforço, concluí este trabalho e o meu curso de graduação. A caminhada foi longa e desafiadora, mas finalmente encerro este ciclo da minha vida com gratidão no coração.

Agradecimentos à minha querida avó, Amenice Porte da Silva (*in memoriam*) que me ensinou valiosas lições sobre a vida e como ser uma mulher forte e independente. Agradeço por sempre ter me incentivado a investir nos estudos e por tudo que fez por mim em vida, minha preta! Eu te amo!

Ao meu pai, Michel Ramos Carneiro, que apesar de nosso passado um tanto quanto complicado, tem sido presente em minha vida desde que entrei na graduação. Tem me apoiado financeiramente e emocionalmente durante todo o processo, e continua ao meu lado, me incentivando a ser a melhor versão de mim mesma. Eu te amo, pai!

Ao meu orientador, professor Me. Neilson Silva Mendes, agradeço por não me deixar desistir. Sua paciência, conselhos de vida e orientações contribuíram significativamente para minha formação, tanto como professora quanto como ser humano. Levarei sua contribuição em minhas memórias por toda a vida!

A todos os professores que passaram por minha vida, sou grata por seus ensinamentos. Sem vocês, eu não estaria construindo minha vida por esse caminho: o caminho da educação.

Ao meu namorado, Fabiano de Paula Ferreira, agradeço por seu apoio e incentivo na construção deste trabalho, mesmo nos momentos de ausência, estresse e desespero. Seu amor e cuidado são fundamentais em minha vida. Eu te amo!

Não poderia deixar de agradecer à minha psicóloga, Mylla Christie Bueno de Souza, que me acompanha há muito tempo. Se sou quem sou hoje, devo muito a você e seus ensinamentos. Obrigada pelo carinho e cuidado que sempre teve comigo. Você é uma profissional incrível e sou muito grata pelo seu trabalho!

Também gostaria de agradecer aos meus cachorros Cláudio e Margareth pela companhia na vida. Aos meus gatos de estimação Nino (*in memoriam*), Frajola, Tom, Pit, Kitty e Luck pela alegria que trazem para mim e principalmente pela companhia durante os momentos de escrita deste trabalho.

Por fim, gostaria de expressar minha gratidão a todos que, de alguma forma, participam dessa minha jornada chamada vida. Agradeço por fazerem parte dela e por contribuírem para torná-la uma experiência tão rica e significativa. Sem a ajuda e o apoio de vocês, eu não teria alcançado tudo o que alcancei até agora. Muito obrigada!

Não digam que eu fui rebotalho,
Que vivia à margem da vida
Digam que eu procurava por trabalho
Mas sempre fui preterida.
Digam ao meu povo brasileiro
Que o meu sonho era ser escritora,
Mas eu não tinha dinheiro
Pra pagar uma editora.

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como Carolina Maria de Jesus enxerga a contradição entre a ideia de progresso e a favela a partir da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Para tanto, foi feita uma discussão sobre a relação entre História e Literatura, argumentando como a Literatura pode contribuir como fonte histórica para o trabalho do historiador utilizando o conceito de “escrevivência”. Também foi abordado a relação entre a favela e a sociedade brasileira, argumentando como a favela é uma extensão da senzala desde a abolição da escravidão no país. Além disso, abordou sobre o conceito de favela, compreendendo o que é esse fenômeno aqui no Brasil, em específico em São Paulo, e contextualizando o local de escrita da obra de Carolina Maria de Jesus. Por fim, utilizou-se o conceito de colonialidade para pensar a formação do mundo moderno/colonial e evidenciou como a favela exposta pela autora em sua obra é um exemplo dessa contradição entre a ideia de progresso e a realidade social e histórica do Brasil. Portanto, nosso trabalho tem como objetivo contribuir para o debate sobre a literatura como fonte histórica, a relação entre a favela e a sociedade brasileira, bem como para a compreensão das contradições e desigualdades presentes em nossa história.

Palavras-chave: favela; quarto de despejo; colonialidade; escrevivência.

ABSTRACT

The present thesis aims to analyze how Carolina Maria de Jesus perceives the contradiction between the idea of progress and the favela from the book *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. For this purpose, a discussion was made on the relationship between History and Literature, arguing how Literature can contribute as a historical source for the historian's work using the concept of "escrevivência". The relationship between the favela and Brazilian society was also addressed, arguing how the favela is an extension of the senzala since the abolition of slavery in the country. In addition, the concept of favela was approached, understanding what this phenomenon is in Brazil, specifically in São Paulo, and contextualizing the place of writing of Carolina Maria de Jesus' work. Finally, the concept of coloniality was used to think about the formation of the modern/colonial world and showed how the favela exposed by the author in her work is an example of this contradiction between the idea of progress and the social and historical reality of Brazil. Therefore, our work aims to contribute to the debate on literature as a historical source, the relationship between the favela and Brazilian society, as well as to the understanding of the contradictions and inequalities present in our history.

Keywords: favela; quarto de despejo; coloniality; escrevivência.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Carolina Maria de Jesus autografando seu livro <i>Quarto de despejo</i> em 1960.....	9
Figura 2 – Carolina de Jesus e Audálio Dantas na Favela do Canindé.....	11
Figura 3 – Capa da primeira edição de <i>Quarto de despejo: diário de uma favelada</i>	19
Figura 4 – As primeiras casas no Morro da Providência em 1905.....	29
Figura 5 – Localização da Favela do Canindé, no ponto em que finalizava a obra de canalização do rio Tietê. Mapa Falk São Paulo (projeção hiperboloide com rede quilométrica), escala 1:40.000.....	32
Figura 6 – Edição do jornal carioca “Gazeta de Notícias” de 13 de maio de 1888.....	35

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
1. A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA: UMA ANÁLISE TEÓRICA PARA A COMPREENSÃO DA OBRA <i>QUARTO DE DESPEJO</i> DE CAROLINA MARIA DE JESUS COMO FONTE HISTÓRICA.....	13
1.1. A relação entre a História e a Literatura: o papel da narrativa na compreensão do passado	13
1.2. Quarto de Despejo: o diário íntimo de Carolina Maria de Jesus	19
1.3. A “escrivência” de Carolina Maria de Jesus: a importância da escrita na construção da memória	23
2. EXPLORANDO O FENÔMENO DAS FAVELAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE <i>QUARTO DE DESPEJO</i> DE CAROLINA MARIA DE JESUS	26
2.1. Favela: uma herança de uma abolição sem emancipação.....	26
2.2. Canindé: a favela extinta que marcou a vida de Carolina Maria de Jesus.....	31
2.3. A favela como extensão da senzala: uma análise histórico-sociológica em <i>Quarto de despejo</i> de Carolina Maria de Jesus.....	34
3. COLONIALIDADE: A ANÁLISE DE CAROLINA MARIA DE JESUS SOBRE A CONTRADIÇÃO ENTRE PROGRESSO E FAVELA.....	39
1.1. Colonialidade: a parte indissociavelmente constitutiva da modernidade.....	39
1.2. O olhar de Carolina Maria de Jesus sobre a contradição entre a ideia de progresso e a realidade da favela: uma crítica à modernidade/colonialidade.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48

APRESENTAÇÃO

Carolina Maria de Jesus foi uma escritora, compositora e poetisa negra brasileira. Nasceu em 14 de março de 1914 no município de Sacramento, interior do estado de Minas Gerais. Neta de escravizados e filha de uma lavadeira analfabeta de nome Maria Carolina de Jesus e filha ilegítima de João Cândido, um homem casado, Carolina cresceu em uma casa com mais de sete irmãos.

Frequentou um ano e meio de ensino formal, entre seus sete e oito anos de idade no Colégio Allan Kardec, primeira escola espírita do país, depois que a Senhora Maria Leite Monteiro de Barros, esposa de um fazendeiro rico da região decidiu pagar seus estudos. Infelizmente, Carolina precisou largar a escola para morar no campo com sua família, não conseguindo retomar os estudos posteriormente. Entretanto, esse período de um ano e meio foi o suficiente para que Carolina aprendesse a ler e escrever e ainda desenvolvesse o gosto pela leitura.

Desde muito cedo precisou trabalhar para auxiliar na sua subsistência. Peregrinou pelo interior de Minas Gerais e São Paulo desde muito nova, à procura de abrigo e trabalho. Em 1937, sua mãe morreu e Carolina, aos 23 anos, mudou-se para a metrópole de São Paulo, cidade que tinha bastante fascínio. Nesse contexto, a ideia de progresso era muito relacionada à cidade devido ao processo de urbanização e industrialização. Ao chegar lá, começou a trabalhar como empregada doméstica em casas de famílias abastadas.

Perdeu seu primeiro emprego quando engravidou de seu primeiro filho em 1948. Viveu em cortiço e teve também como endereço de moradia o espaço protegido sob o viaduto de Santa Ifigênia (SANTOS, 2009, p. 50). Sem alternativa, Carolina, ainda grávida, construiu um barraco na favela do Canindé, que ficava localizada às margens do rio Tietê. Utilizou materiais que encontrou no lixo, como madeiras, latas, papelão e qualquer outra coisa que encontrou pelo caminho. Ali nasceram seus três filhos: João José de Jesus (1948-1977), José Carlos de Jesus (1950-2016) e Vera Eunice de Jesus Lima (1953-), todos de relacionamentos diferentes.

Nunca quis se casar, permanecendo independente. “Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas [...]. Não casei e não estou descontente.” (JESUS, 2020, p. 23). Manteve diversos relacionamentos afetivos ao longo de sua vida, tendo sido pedida em casamento por alguns namorados, mas nunca aceitou. Para manter seu sustento e o sustento de seus filhos, passou a trabalhar como catadora de papel, pois nunca lhe agradou limpar a sujeira deixada por patrões. (JESUS, *apud* CASTRO; MACHADO, 2007, p. 27).

Sempre dirigiu sua veneração aos livros, à palavra escrita e impressa. Em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* já dizia: “Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem.” (JESUS, 2014, p. 24). Escreveu diversos gêneros literários, como romances, contos, crônicas, poemas, peças de teatro, canções e textos de gênero híbrido, dotadas de estilo próprio, que confrontam a tradição literária e a norma padrão culta da língua. Deixou também uma obra musical composta e cantada por ela, intitulada *Carolina Maria de Jesus – Um Brasil para os brasileiros*¹ de 1961.

Figura 1 – Carolina Maria de Jesus autografando seu livro *Quarto de despejo* em 1960



Fonte: Site Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carolina_Maria_de_Jesus. Acesso em: 22 dez. 2022.

Escrevia principalmente o diário, ficou conhecida através dele. Em 1958, conheceu o jornalista Audálio Dantas (1929-2018) que foi encarregado pelo Jornal Folha de São Paulo de fazer uma matéria sobre a favela do Canindé, que se expandia às margens do Rio Tietê. De acordo com o próprio jornalista, a mulher: “[...] logo se colocou como alguém que tinha o que dizer” (DANTAS, 1993, *apud* JESUS, 2020, p. 201).

¹ Disponível em: <http://observatorioedhemfoco.com.br/observatorio/carolina-maria-de-jesus-quarto-de-despejo-1961-album-completo/>. Acesso em 02 nov. 2022.

O jornalista desistiu de escrever a reportagem, pois a história que buscava, Carolina já havia escrito. Encontrou no barraco nº 9 da rua A, vinte cadernos encardidos com manuscritos em que a autora relatava sua dura realidade como catadora de papel e a dos seus companheiros de infortúnio desde o dia 15 de julho de 1955 até 1 de janeiro de 1960. O jornalista recolheu os manuscritos, editou-os e publicou sob o título *Quarto de despejo: diário de uma favelada* em agosto de 1960 pela Editora Francisco Alves. O próprio autor afirmou que na edição do diário para a publicação em livro foram feitos cortes, alterações na pontuação, assim como em algumas palavras cuja grafia poderia levar à incompreensão da leitura e só. (DANTAS, 1993, *apud* JESUS, 2020). Portanto, os trechos do livro aqui citados manterão a grafia assim como nas edições utilizadas.

Germana Henriques Pereira de Sousa (2004), afirma que a apresentação de Carolina a seu público leitor não foi feita de forma abrupta. Pelo contrário, uma série de reportagens com fotos serviu para que fosse traçado um perfil de Carolina. Assim, quando o diário foi lançado, o nome de Carolina Maria de Jesus já não era desconhecido, visto que, dois anos tinham se passado desde a “descoberta” de Carolina, em 1958, até a publicação de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, em 1960. (p. 92).

A partir daí, surgiu o fenômeno da escritora favelada. O livro foi sucesso de vendas, teve sua primeira tiragem de 10 mil exemplares esgotados na primeira semana de lançamento. Em poucos meses, sucessivas edições atingiram, em conjunto, a venda de 100 mil exemplares. Com o dinheiro da venda dos livros, em 1961, Carolina Maria de Jesus e seus filhos saíram da favela, lugar que a autora considerava degradante, e passaram a residir em uma casa à rua Benta Pereira, nº 562, no bairro de Santana, Zona Norte de São Paulo.

Porém, a autora não conseguiu se manter no novo endereço por muito tempo. No curto período de glória, comprou um sítio em Parelheiros, a cerca de 40 km do centro da cidade de São Paulo, para onde se mudou logo no ano seguinte, com os filhos. Foi totalmente esquecida, retornando a pobreza e precariedade. Poucos meses antes de morrer, fora vista catando lixo na antiga rodoviária de São Paulo. Faleceu no dia 13 de fevereiro de 1977 em seu sítio, vítima de uma crise de asma, aos 63 anos de idade.

Figura 2 – Carolina de Jesus e Audálio Dantas na Favela do Canindé



Fonte: Site Portal dos jornalistas. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/audalio-dantas-o-descobridor-de-carolina-maria-de-jesus/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Além de *Quarto de despejo*, a autora publicou em vida: *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961); *Provérbios* (1963) e *Pedaços da fome* (1963), obras que não obtiveram muito sucesso junto ao público. Postumamente foram publicados: *Diário de Bitita* (1986); *Antologia Pessoal* (1996); *Meu estranho diário* (1996) e *Onde estaes felicidade?* (2014) e a reedição integral da obra *Casa de Alvenaria* pela Companhia das Letras: *Casa de alvenaria, volume 1: Osasco* e *Casa de alvenaria, volume 2: Santana*, ambas de 2021. Além de possuir um rico acervo de manuscritos de mais de cinco mil páginas espalhados em arquivos brasileiros, e seus escritos são editados e publicados de tempos em tempos. Até hoje, Carolina foi publicada em mais de 40 países e traduzida para 14 línguas, o que demonstra sua importância como escritora brasileira no cenário nacional e internacional.

Diante do exposto, o presente trabalho de monografia tem o objetivo de analisar como Carolina Maria de Jesus enxerga a contradição entre a ideia de progresso e a favela, tendo como base sua obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*.

Para tanto, dispomo-nos da 10ª edição de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, do ano 2014 publicado pela Editora Ática e da edição comemorativa da obra publicada em 2020 pela mesma editora. Além das outras obras escritas pela autora, algumas publicadas em vida, outras postumamente. Também temos acesso direto à obra *Carolina: uma biografia* escrita por Tom Farias. Livros como *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus* e *Muito bem, Carolina: biografia de Carolina Maria de Jesus*, nos dão uma percepção sobre a vida e obra da autora.

A estrutura do trabalho será dividida em três capítulos. No primeiro, discutiremos sobre a relação entre a História e a Literatura. Argumentaremos como a Literatura contribui como fonte histórica para o trabalho do historiador, a partir de teóricos como Roger Chartier e José D'Assunção Barros, dentre outros. Em um segundo tópico, abordaremos nossa principal fonte de pesquisa: a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Com o objetivo de tipificar nossa fonte literária a partir da conceituação de Germana Henriques Pereira de Sousa (2004). Por fim, concluiremos este primeiro capítulo fazendo uma discussão sobre a relação entre Memória e Literatura através da obra em análise. Para tanto, utilizaremos o conceito de “escrevivência”, cunhado pela escritora mineira Conceição Evaristo.

No segundo capítulo, discutiremos sobre o conceito de favela, lugar onde Carolina Maria de Jesus viveu e escreveu nossa principal fonte de pesquisa: *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Para isso, o dividiremos em três partes: Na primeira parte, conceituaremos favela e compreenderemos o que é esse fenômeno aqui no Brasil, em específico em São Paulo. Já na segunda parte, discorreremos sobre a favela do Canindé, com o objetivo de contextualizar o local de escrita da nossa principal fonte. E por fim, faremos uma análise histórico-sociológica sobre a favela no Brasil, argumentando como esta, é uma extensão da senzala desde a abolição da escravidão no Brasil, produzindo o que Carolina Maria de Jesus intitula de “quarto de despejo”.

Por fim, no último capítulo, discutiremos sobre como Carolina Maria de Jesus enxerga a contradição entre a ideia de progresso e a favela a partir da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Para isso, utilizaremos da contribuição de um grupo de pesquisadores latino-americanos: Modernidade/Colonialidade que utilizam do conceito de colonialidade para pensar a formação do mundo moderno/colonial. Diante disso, evidenciaremos como a favela exposta pela autora na obra evidencia o outro lado da metrópole de São Paulo na década de 1950-60, contrariando a ideia de progresso, muito presente nesse contexto. Dessa forma, buscamos responder à principal indagação que norteia este trabalho.

Vale ainda ressaltar que aqui, não objetivamos analisar os elementos internos das ilustrações, as imagens aqui utilizadas possuem somente o caráter ilustrativo.

1. A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA: UMA ANÁLISE TEÓRICA PARA A COMPREENSÃO DA OBRA *QUARTO DE DESPEJO* DE CAROLINA MARIA DE JESUS COMO FONTE HISTÓRICA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este primeiro capítulo é fundamentalmente teórico. Aqui discutiremos sobre o conceito de História como processo social e como ciência e a Literatura como uma forma de expressão artística da sociedade possuidora de historicidade e como fonte histórica para a produção do conhecimento histórico. Essa discussão é importante pois, este é um trabalho de monografia da área da História que dialoga com a Literatura. Portanto, precisamos compreender a relação entre essas duas áreas para analisarmos nosso objeto de estudo.

Ainda, discutiremos sobre o conceito de representação a partir das perspectivas do historiador Roger Chartier e o sociólogo Pierre Bourdieu para conseguir analisar como Carolina Maria de Jesus enxerga a contradição entre a ideia de progresso e a favela a partir da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*.

Essa discussão é importante pois nossa principal fonte de pesquisa é um livro (um diário), que por sua vez é uma construção de memória. Ainda precisamos compreender o conceito de representação pois esta obra se trata de uma representação da realidade, mais especificamente do contexto político dos anos 1950/60. Portanto, é fundamental que tenhamos clareza sobre os conceitos e teorias discutidos neste capítulo para que possamos compreender a visão de mundo de Carolina Maria de Jesus e sua representação da realidade. Além disso, ao entendermos como a Literatura pode ser utilizada como fonte histórica, poderemos enriquecer nossa análise e compreensão da favela como fenômeno social e histórico.

Ao final deste capítulo, teremos estabelecido as bases teóricas necessárias para a análise da obra de Carolina Maria de Jesus e seu diário como fonte histórica. A partir disso, poderemos avançar para a próxima etapa de nossa pesquisa e compreender de maneira mais profunda a relação entre a favela, a representação da realidade e a construção da memória coletiva.

1.1. A relação entre a História e a Literatura: o papel da narrativa na compreensão do passado

As narrativas², sejam históricas ou literárias, ou outras, constroem uma representação acerca da realidade. Nas últimas décadas o conceito de representação vem sendo utilizado com perspectivas variadas, principalmente na área das Ciências Humanas, sendo um dos conceitos mais discutidos na historiografia brasileira. Diversos historiadores se dedicam em entendê-lo e suas possibilidades de aplicação nos estudos históricos.

Em História, esse conceito é discutido, principalmente, em torno das perspectivas de Roger Chartier e Pierre Bourdieu, que possuem visões semelhantes em relação ao conceito. Esses pesquisadores o elaboraram retomando as ideias dos sociólogos Marcel Mauss e Émile Durkheim, o que sinaliza que o conceito de representação vem sendo trabalhado há bastante tempo, contribuindo para os pesquisadores compreenderem a dinâmica e complexidade do mundo social e das práticas culturais. (COELHO, 2014).

Chartier (2002) defende que a palavra “representação” atesta para duas definições de sentidos aparentemente contraditórios. Por um lado, representação faz ver a ausência, distinguindo o que representa e o que é representado. De outro, é a apresentação de uma presença, apresentação pública de uma coisa ou pessoa. Em suas palavras:

Representar é, pois, fazer conhecer as coisas mediante ‘pela pintura de um objeto’, ‘pelas palavras e gestos’, ‘por algumas figuras, por marcas’ – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias. Representar no sentido jurídico e político é também ‘manter o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade’ (CHARTIER, 2002, p. 165).

Ainda, Bourdieu (2006) identifica o “poder das representações” na construção da realidade social, na medida em que podem contribuir na produção daquilo por elas descrito e designado. Nesse sentido, Chartier e Bourdieu definem que as “representações” são construções sociais das experiências históricas, em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo. Desta forma, os sujeitos e o grupo ao qual pertence criam representações de si mesmos e de outros grupos, fundamentando suas visões de mundo sobre as experiências históricas. As representações visam construir o mundo social, sendo elas as matrizes dos discursos e das práticas dos grupos. Assim, compreender as representações dos grupos é compreender como o mundo é construído socialmente.

Esse conceito auxilia historiadores a analisar os conflitos e as lutas de e por representações de diferentes grupos no campo social, político, econômico e cultural. Neste

² Exposição de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos mais ou menos encadeados, por meio de palavras ou de imagens. Seja de ficção: conto de fadas, fábula, lenda, suspense, romance e outros. Ou não-ficcional: memórias, biografia, notícia, documentário etc.

trabalho de monografia, buscaremos analisar a construção social da experiência de Carolina Maria de Jesus a partir de sua obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, identificando sua compreensão do que é o fenômeno favela. Entretanto, essa discussão será feita mais adiante.

Dando continuidade, se faz importante entender que neste trabalho utilizamos o conceito de “fonte histórica” e não “documento histórico”. Sobre a distinção entre esses dois conceitos, José D’Assunção Barros (2012), diz:

A expressão ‘documento histórico’, típica do século XIX, mas que continuou a ser usada com sentidos ampliados no século XX, estava muito relacionada tanto aos arquivos que começaram a ser organizados sistematicamente na época, como também à maneira como se concebia a História. Esperava-se que o historiador documentasse, no sentido jurídico, as afirmações que fizesse no decorrer de sua narrativa histórica. Daí a palavra “documento”, que, além de possuir uma origem jurídica, estava associada à ideia de prova, de “comprovação”. (p. 131).

Atualmente, utiliza-se indistintamente de ambos os conceitos. Mas, nota-se certa preferência cada vez maior pela expressão “fonte histórica”. Primeiro, porque a expressão “documento histórico” tenha ficado um pouco associada à historiografia positivista³. Segundo, porque o historiador não mais se apropria dos materiais e evidências que lhes chegam do passado apenas como uma “prova”. Nesse sentido, Barros (2012) afirma que o historiador encara as fontes como discursos a serem analisados ou redes de práticas e representações a serem compreendidas.

O diálogo entre a História e a Literatura é um campo de pesquisa que se desenvolveu significativamente no Brasil a partir dos anos 1990 e hoje se trata de uma temática promissora em relação às pesquisas e trabalhos publicados (PESAVENTO, 2006).

O conceito de História recebe definições distintas de acordo com diferentes historiadores. Aqui, utilizaremos da definição mais comumente utilizada, a definição do historiador francês Marc Bloch, que afirma que a História é “a ciência dos homens no tempo”. (2001, p. 55). Na expressão de Bloch (2001) a história é uma palavra “antiguíssima”, e que sua etimologia primordial se refere à “pesquisa”. Sendo assim, faz referência ao conhecimento obtido a partir da investigação e do estudo. Portanto, a História é a investigação das experiências humanas no tempo e no espaço.

O trabalho de pesquisa do historiador é realizado a partir das fontes históricas, que são os “vestígios” produzidos pelo ser humano. Ou seja, “tudo aquilo que, produzido pelo homem

³ A historiografia positivista, baseada nas ideias do filósofo francês Conde de Saint Simon (1760 -1825), entende que há um progresso constante da humanidade, a qual nunca regressaria, mas tenderia a ser mantida sempre em evolução.

ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano.” (BARROS, 2012, p. 130). Assim, são fontes históricas tanto os documentos textuais “tradicionais”, como também quaisquer outros que possam nos fornecer um testemunho derivado do passado humano, da realidade um dia vivida e que se apresenta como relevante para o presente do historiador.

Outro ponto importante a ser discutido se refere à conceituação do que entendemos por “Literatura”. Antonio Celso Ferreira (2021) afirma que não é possível encontrar uma definição canônica de Literatura válida para qualquer tempo e circunstância, mas que nem por isso se deve diluir sua significação. Assim sendo, a Literatura (do latim *littera*, que significa “letra”) é uma das manifestações da arte e é conhecida como sendo a arte com as palavras.

Compreendemos esta como:

uma forma de ler, interpretar, dizer e representar o mundo e o tempo, possuindo regras próprias de produção e guardando modos peculiares de aproximação com o real, de criar um mundo possível por meio da narrativa, ela dialoga com a realidade a que refere de modos múltiplos, como a confirmar o que existe ou propor algo novo, a negar o real ou reafirmá-lo, a ultrapassar o que há ou mantê-lo. (BORGES, 2010, p. 98-99).

Em vista disso, estamos tratando de uma ciência (História) e uma manifestação da arte (Literatura). Pesavento (2004, p. 80-81) reforça que, tanto uma quanto a outra, “são formas de explicar o presente, inventar⁴ o passado, imaginar o futuro”. Mas se as semelhanças ou aproximações da História e da Literatura são muitas, pois “[...] são ambas formas de representar inquietudes e questões que mobilizam os homens em cada época de sua história”, elas se diferenciam na medida em que a “invenção do passado” pela História tem como base a busca pela “verdade”, pelo real, pelo que aconteceu, enquanto a Literatura não tem essa preocupação.

O fato é que, a Literatura e a História se diferenciam pois, em História não há como ignorar e/ou inventar coisas nos mesmos termos e com a mesma liberdade desfrutada por autores de ficção. (LUCA, 2020, p. 110). Tania Regina de Luca ainda afirma que “Esse processo não dispensa recursos criativos e imaginativos, mas devem ser submetidos a controles de tal sorte que o historiador não escreve o que bem entende, tampouco constrói versões imaginárias do passado.” (LUCA, 2020, p. 114).

⁴ Ressaltamos que o termo “inventar” é compreendido no sentido de “elaborar uma coisa que se efetiva como real”, visto que, o conhecimento histórico é produzido com esse objetivo. A História enquanto ciência não tem a possibilidade de imaginar algo novo, mas sim, como dito anteriormente, investigar as experiências humanas no espaço e no tempo através do método científico.

Portanto, argumentamos que seja possível utilizar de um texto literário para compreender sua representação sobre a realidade, sobre o contexto em que foi escrito, quem a produziu, quem a recebeu etc. Logo, a Literatura se mostra como fonte privilegiada para o historiador, “pois lhe garante acesso diferenciado ao imaginário, permitindo que ele enxergue traços que outras fontes não lhe forneceriam.” (MARTINS, 2015, p. 3856).

O historiador deve estar atento à diversidade das formas literárias no tempo e às circunstâncias em que se construíram, perpetuaram ou mudaram suas convenções. Atualmente, compreende-se que os gêneros não são puros, ao contrário, mesclam-se com outras linguagens da vida social, gerando novas configurações. Soma-se a isso, o fato de que os gêneros literários estão intimamente relacionados às condições sociais e históricas que determinam a formação do público leitor, com seus gostos e sensibilidades. (FERREIRA, 2021).

Desta forma, o historiador deve considerar a tríade composta pela escrita, o texto e a leitura, visto que, são indivisíveis e estão contidos no texto. Isto é, uma instância intermediária entre o produtor e o receptor, articuladora da comunicação e da veiculação das representações. No que se refere à instância da escrita do texto, o historiador volta-se para saber sobre quem fala, de onde fala e que linguagem usa. Já ao focar o texto em si, o que se fala e como se fala são questões indispensáveis. No trato da recepção, visa abordar a leitura de um determinado receptor/leitor ou de um grupo de receptores/leitores, tratando das expectativas de quem recebe o texto, de sua contemplação, ou seu enfrentamento ou resistência a ele. (PESAVENTO, 2004, p. 69-70).

Assim, contextualizar o texto com o qual se trabalha é indispensável para elucidar o lugar em que foi produzido, seu estilo, sua linguagem, a história do autor, a sociedade que envolve e penetra o escritor e seu texto. A época, a sociedade, o ambiente social e cultural, as instituições, os campos sociais, as redes que estabelece com outros textos, as regras de uma determinada prática discursiva ou literária, as características do gênero de escrita que se inscreve no texto, são questões que permeiam o texto escrito e constroem o autor de um texto, deixando nele suas marcas (BARROS, 2004, p. 137-138).

Segundo Antonio Celso Ferreira (2021), encontra-se, na historiografia o emprego da palavra “fonte” em vários sentidos, algumas vezes de maneira ambígua. Entretanto, o autor afirma que a partir da segunda metade do século XIX, quando a História se tornou uma disciplina acadêmica, o termo passou a ser usado principalmente como sinônimo de documento e expressão de autoridade e verdade. Nesse contexto, os textos literários e outras fontes artísticas, não eram considerados documentos fidedignos para atestar a verdade histórica.

Foi somente a partir do século XX que houve a ampliação do repertório das fontes a partir do movimento de renovação da historiografia, ocorrido primeiramente na França, mas que teve repercussões em outros países, como no Brasil. A partir dessa chamada Nova História⁵, o documento, em todas as suas formas, deixou de ser considerado como expressão da verdade e transparência para ser analisado como um monumento dotado do seu próprio sentido. (FERREIRA, 2021, p. 64).

Nesse sentido, Antonio Celso Ferreira considera que os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como “materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo.” (2021, p. 61).

Aqui, assumimos a interpretação de Roger Chartier de que:

[...] todo documento, seja ele literário ou de qualquer outro tipo, é representação do real que se apreende e não se pode desligar de sua realidade de texto construído pautado em regras próprias de produção inerentes a cada gênero de escrita, de testemunho que cria “um real” na própria “historicidade de sua produção e na intencionalidade da sua escrita”. (1990, p. 62-63).

Portanto, argumentamos que seja possível utilizar de um texto literário para compreender sua representação sobre a realidade, sobre o contexto em que foi escrito, quem a produziu, quem a recebeu etc. Assim, utilizaremos da obra: *Quarto de despejo: diário de uma favelada* para compreender o conceito de favela a partir da perspectiva da autora, analisando como a ideia de progresso é abordada ao longo da obra.

O objetivo principal deste tópico foi definir os conceitos de História e Literatura, argumentando como a Literatura pode contribuir como fonte histórica para o trabalho do historiador. Em vista disso, consideramos que Carolina Maria de Jesus nos dá amplo acesso ao contexto histórico exposto em sua obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, visto que se trata de uma narrativa de caráter testemunhal. Essa contribuição se torna crucial para a Historiografia já que nos possibilita compreender a sua representação da realidade. Entretanto, os aspectos específicos dessa obra são o tema de discussão do próximo tópico deste capítulo.

⁵ É uma corrente historiográfica surgida nos anos 1970 e correspondente à terceira geração da chamada Escola dos *Annales*. Seu nome derivou da publicação da obra "*Fazer a História*", em três volumes, organizada pelos historiadores Jacques Le Goff e Pierre Nora, seus principais expoentes na França. A Nova História é escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional, em que a História diz respeito essencialmente à política. Assim, a Nova História começou a se interessar por praticamente toda a atividade humana, trazendo uma pluralização de novas temáticas e, nesse sentido, uma atenção especial seria dada às formas de perceber a sociedade através da cultura.

1.2. Quarto de Despejo: o diário íntimo de Carolina Maria de Jesus

O livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* foi publicado pela primeira vez em 1960 pela Livraria e Editora Francisco Alves. Como sucesso de vendas, teve sua primeira tiragem de 10 mil exemplares esgotados na primeira semana de lançamento. Trata-se de uma compilação de trechos de um diário escrito por Carolina Maria de Jesus, entre 15 de julho de 1955 até 1 de janeiro de 1960. Nele, a autora expõe sua vivência e a vivência das pessoas em seu entorno, onde moravam na favela do Canindé, situada nas margens do rio Tietê em São Paulo (SP), favela extinta em 1961.

Figura 3 – Capa da primeira edição de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*



Fonte: Site Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Quarto_de_Despejo. Acesso em: 23 fev. 2023.

Nesta obra, singular na literatura brasileira, escrita em formato de diário íntimo, a autora Carolina Maria de Jesus, que sempre apareceu acompanhada pelo epíteto de “escritora negra e favelada” retrata uma vida cruel, marcada pela miséria e pela fome. Neste trecho escrito no dia 27 de julho de 1955, Carolina revela seu objetivo ao escrever o livro: “É que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela.” (JESUS, 2014, p. 27).

Quarto de despejo: diário de uma favelada passeia pelas ruas da favela e pelas ruas de São Paulo. Reúne, às vezes, na narrativa de um mesmo dia, a lama e as flores. Como é próprio do diário, o livro narra em um só movimento vários momentos temporais, permitindo, assim, que Carolina Maria de Jesus faça reflexões acerca do momento da escrita e dos momentos passados.

A favela é descrita em seus piores aspectos: a violência, a inutilidade da vida, a repetição do eterno quadro da fome e da luta pela sobrevivência. Os dias são descritos em sua linearidade cronológica, como um registro dos fatos ocorridos, sempre os mesmos, e como uma folha de apontamentos para tudo aquilo que a autora consegue observar durante sua peregrinação pelas ruas da cidade, catando no lixo papéis, ferro-velho e comida. (SOUSA, 2004, p. 92-93).

Desse modo, tem-se a seguinte afirmação escrita no dia 19 de maio de 1958: “... Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu⁶. E faço isto em prol dos outros.” (JESUS, 2014, p. 36). Carolina escreve com o objetivo de se libertar do ambiente em que vive, de ascender socialmente por meio da escrita, e para se distrair de sua solidão e conhecer a si mesma, além de denunciar a miséria da vida na favela.

O título do diário se refere à ideia da autora de fazer uma analogia entre a favela e um quarto de despejo. Essa ideia é vista ao longo de todo o diário, porém, em alguns momentos, Carolina expõe sua ideia mais claramente: “... Eu classifico São Paulo assim: O Palácio⁷, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos.” (JESUS, 2014, p. 32). O “quarto de despejo” era reservado para os indesejáveis, o lixo, os elementos em desuso.

Ainda, em outro trecho de sua obra escreve o seguinte: “Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo⁸ ou queima-se ou joga-se no lixo.” (JESUS, 2014, p. 37). Para a autora, o quintal e o quarto de despejo são a mesma coisa.

Além de revelar a palavra de uma mulher pobre, negra, mãe solo, favelada e semialfabetizada, revela o talento da autora na reconstrução textual da rotina de privações sofridas na favela do Canindé, entre as quais se encontra com frequência a experiência da fome:

⁶ Embora a autora afirme que ela era a única, mas existiam e existem outras formas de falar sobre a favela.

⁷ Ao longo do livro, Carolina de Jesus não deixa claro a que palácio se refere. No entanto, é provável que ela esteja se referindo ao Palácio dos Bandeirantes, edifício sede do governo do estado de São Paulo, localizado no bairro do Morumbi, na capital.

⁸ O quarto de despejo se refere a um espaço destinado ao depósito de objetos inúteis e sem valor, que geralmente se acumulam em casas e apartamentos. Esses objetos são muitas vezes deixados em um cômodo sem utilidade, como um quartinho nos fundos da casa ou no sótão. Em termos gerais, um “quarto de despejo” é um espaço onde se guarda coisas velhas, usadas ou descartáveis, o que provavelmente nunca mais será utilizado.

Não tomei café, ia andando meio tonta. A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago. Comecei a sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? Parece que quando eu nasci o destino marcou-me para passar fome. (JESUS, 2020, p. 47).

Esse trecho é um exemplo da habilidade de Carolina Maria de Jesus em descrever as sensações físicas e emocionais decorrentes da fome. A autora descreve de forma intensa a tontura que sente por estar com fome, comparando-a à tontura causada pelo álcool. Ela destaca a sensação amarga na boca e expressa sua frustração com o destino que parece ter sido reservado a ela de passar fome. O relato de Carolina é um testemunho poderoso da realidade vivida por muitas pessoas pobres e marginalizadas no Brasil e em outras partes do mundo, onde a fome é uma constante em suas vidas.

Em outro fragmento, Carolina escreve que viu a cor da fome - a amarela: “[...] Resolvi tomar uma media e comprar um pão. Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos.” (JESUS, 2020, p. 47).

Em sua narrativa, há uma relação entre o passado escravista, a pele negra e a fome. No trecho a seguir, ela fala da luta para dar o que comer aos seus filhos, enquanto sua filha Vera Eunice reclamava de fome e pedia comida:

[...] Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual — a fome! (JESUS, 2020, p. 36).

Nesse trecho, Carolina Maria de Jesus evidencia a relação entre o passado de escravidão e a realidade presente marcada pela fome, que afetava a sua família e outras pessoas em situação de pobreza. Ela demonstra a dificuldade que enfrentava para conseguir alimentar seus filhos que clamavam por comida. A referência à data do dia 13 de maio de 1958, que marca o aniversário da abolição da escravidão no Brasil, ressalta a ironia da situação, já que mesmo após a libertação dos escravizados, a fome e a miséria continuavam a afetar a população negra. A narrativa de Carolina Maria de Jesus é um importante registro histórico e social que evidencia a luta diária das pessoas em condições de vulnerabilidade e desigualdade social.

Ao continuar a leitura, é notável a relação que Carolina faz entre a exclusão social e a escravidão, inclusive:

[...] Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatorio. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (JESUS, 2020, p. 101).

No fragmento citado, a autora relata uma conversa que teve com um sapateiro que estava lendo um jornal e ficou indignado com um caso de violência policial contra um negro que foi espancado e amarrado em uma árvore por um guarda civil branco. A partir desse acontecimento, Carolina faz uma reflexão sobre a persistência da violência e do preconceito racial mesmo após a abolição da escravidão no Brasil. Ela questiona se o guarda civil não estaria ignorando o fim da escravidão e ainda vivendo em um "regime da chibata", em que os negros eram brutalmente punidos e oprimidos. Essa reflexão é importante por destacar a luta contra a discriminação racial e a violência policial contra a população negra, questões que ainda são urgentes e necessitam de medidas efetivas para sua resolução.

Alguns diários ficaram famosos devido à ligação do autor com um determinado período da História que suscita interesse, como por exemplo, o Diário de Anne Frank. Outros são importantes porque servem hoje para resgatar vozes há muito tempo reprimidas e silenciadas. São os diários de mulheres, de escravizados, de prisioneiros e tantos outros textos que são importantes para a história social, uma vez que recontam a história oficial a partir de narrativas da vida privada. (SOUSA, 2004).

Uma questão crucial nos debates sobre os gêneros pessoais é a publicação ou não de textos, como o diário íntimo, visto que a primeira tendência seria a manutenção do texto na esfera pessoal do autor. Há, portanto, uma enorme contradição entre um texto que se destina à esfera privada e sua divulgação pública. De acordo com Lejeune (1998), essa seria uma grande diferença entre o diário e a autobiografia, já que o primeiro se destina ao segredo e o segundo à publicação.

Germana Henriques Pereira de Sousa (2004), afirma que: “A forma literária segundo a qual é composta a obra: o gênero do diário íntimo, passando pelas características da narrativa autobiográfica, memorialística e de testemunho.” (p. 87). Assim, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* se trata de uma obra de gênero híbrido, em que a autora, contrariando a norma culta da língua portuguesa, utiliza da escrita para denunciar sua realidade e dos indivíduos que compartilhavam da mesma situação de miséria.

Por se tratar de um texto literário a obra se torna uma fonte histórica relevante, permitindo-nos compreender o contexto em que a narrativa é construída. Nesse sentido, vamos analisar a crítica que a autora faz ao discurso oficial que enaltece o progresso e ignora as

desigualdades sociais, destacando como sua obra oferece reflexões importantes para a compreensão da sociedade brasileira em um momento histórico de grandes mudanças. É importante ressaltar que essa questão será discutida ao longo de todo o trabalho, mas será enfatizada especialmente no terceiro capítulo.

1.3. A “escrevivência” de Carolina Maria de Jesus: a importância da escrita na construção da memória

Encerraremos este primeiro capítulo abordando a relação entre Memória e Literatura por meio da obra em análise. Para isso, utilizaremos o conceito de “escrevivência”, cunhado pela escritora mineira Conceição Evaristo.

Ação da mão sobre papéis, sobre telas, sobre pedras e onde mais for possível deixar traços, a escrita registra, inventa e conserva sempre mais ou menos, ao contar, muitos atos da experiência humana. Como ferramenta de uso social, a escrita pode salvar do esquecimento ao fixar no tempo vestígios de passados, e assim, escrever se constitui em uma forma de produção de memória e, por conseguinte, em instrumento de construção do passado. (CUNHA, 2021, p.251).

O historiador francês Roger Chartier pontua que, por meio da escrita, em seus vários suportes, são fixados os “traços do passado, a lembrança dos mortos, ou a glória dos vivos”. (2007, p. 9). Tal afirmação nos permite compreender a importância do texto escrito como forma de evitar o esquecimento, capaz de transcender a fugacidade da vida.

Nesse sentido, o sociólogo francês Maurice Halbwachs evidencia que o tempo e o espaço são “localizadores” de memórias, visto que “quando nos lembramos [...] há um contexto de dados tempos reais a que está ligada a essa lembrança de alguma forma” (2006, p. 124). Nessa conjuntura, entendemos que a memória coletiva implica uma retomada de eventos com participação de um determinado grupo sob a ótica de cada um, ou seja, a partir da memória individual “nossa memória pessoal de dentro é a memória coletiva de fora” (HALBWACHS, 2006, p. 73).

Ainda ressaltamos que a memória individual não é fechada, nem isolada, logo, precisa da memória do grupo para constituir-se, uma vez que para recordar o próprio passado é necessário ter lembranças de um determinado grupo social um ponto de referência como, por exemplo, memória da infância as quais são possíveis graças ao grupo familiar.

O conceito de memória nos é muito importante para compreender a escrevivência de Carolina Maria de Jesus, visto que, estamos nos referindo a uma escritora que tinha muito a

dizer sobre sua realidade enquanto mulher negra e moradora de favela na grande metrópole de São Paulo na década de 1950/60.

De acordo com José D'Assunção Barros é “[...] inadmissível avaliação da memória como mero depósito de dados e de informações relativas à coletividade ou à vida individual”. (2009, p. 37). Assim, a Memória deve ser compreendida como instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos. Esta, deve ser compreendida como “território”, como espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos que reinstituem o ser social a cada instante. (BARROS, 2009, p. 37).

A obra de Carolina Maria de Jesus é uma construção de memória, ou seja, seu texto escrito atua como forma de evitar o esquecimento, sendo capaz de transcender a fugacidade da vida. Através de sua “escrevivência”, conseguimos identificar a sua compreensão sobre o fenômeno da favela, uma história escrita de dentro. A própria Carolina tinha consciência disso: “Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados” (JESUS, 2020, p. 257).

De acordo com a escritora e pesquisadora mineira Conceição Evaristo a “escrevivência”:

Era um jogo que eu fazia entre a palavra “escrever” e “viver”, “se ver” e culmina com a palavra “escrevivência”. Fica bem um termo histórico. Na verdade, quando eu penso em escrevivência, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a escrevivência, não, a escrevivência é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente. Isso não impede que outras pessoas também, de outras realidades, de outros grupos sociais e de outros campos para além da literatura experimentem a escrevivência. Mas ele é muito fundamentado nessa autoria de mulheres negras, que já são donas da escrita, borrando essa imagem do passado, das africanas que tinham de contar a história para ninar os da casa-grande.⁹

A “escrevivência”, em meio a diversos recursos metodológicos de escrita, utiliza-se da experiência do autor para viabilizar narrativas que dizem respeito à experiência coletiva de mulheres. Essa noção é instituída pela potência da escritura (po)ética de novas maneiras de existir que não aquelas instituídas pelo histórico escravista e colonial, mas buscando a criação de um campo simbólico que entrelaça história, memória e experiência. (BARROSSI, 2017).

Na obra *Becos da Memória* (2017), Conceição Evaristo reflete que, em uma “escrevivência”, “as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas”. Isso se dá

⁹ EVARISTO, Conceição. “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. **Entrevista ao Itaú Social em 9 de novembro de 2020**. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 03 mar 2023.

em um processo em que a autora se coloca no espaço aberto entre a invenção e o fato, utilizando-se dessa profundidade para construir uma narrativa singular, mas que aponta para uma coletividade.

“Escrever”, significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas. Evaristo refletindo sobre o conceito, considera que “o sujeito da literatura negra tem a sua existência marcada por sua relação e por sua cumplicidade com outros sujeitos. Temos um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si”. (s/d, *apud*, CRUZ, 2017).

Para Carolina Maria de Jesus, escrever significava resistir ao imperativo da miséria. Carolina escrevia para sobreviver, para aguentar a fome, para sonhar, para sair daquele lugar que considerava degradante. Produzia uma escrita da resistência, ou melhor, uma “escrevivência”, em que através de sua experiência, narrava sua vida como moradora de uma favela em São Paulo, trazendo-nos sua representação sobre a realidade.

2. EXPLORANDO O FENÔMENO DAS FAVELAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE QUARTO DE DESPEJO DE CAROLINA MARIA DE JESUS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste capítulo abordaremos sobre o tema da favela, fenômeno que afetou a vida de Carolina Maria de Jesus durante os treze anos em que viveu nesse lugar, e escreveu a principal fonte de nossa pesquisa: *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Para isso, organizamos o capítulo em três partes distintas: No primeiro tópico, exploraremos o conceito de favela e sua relevância no contexto brasileiro, especialmente em São Paulo. Na segunda parte, nos deteremos na favela do Canindé, onde a escritora viveu e produziu sua obra. Finalmente, na terceira seção, realizaremos uma análise histórico-sociológica da favela no Brasil, demonstrando como esta é, desde a abolição da escravidão, uma extensão da senzala, condição que levou Carolina Maria de Jesus a nomear sua realidade como "quarto de despejo".

Além disso, discutir as favelas é também entender a importância da Literatura como ferramenta para ouvir a voz dos excluídos e marginalizados, como fez Carolina Maria de Jesus com *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Sua obra literária é um testemunho vívido e realista das dificuldades enfrentadas pelos moradores das favelas, revelando as condições de vida precárias e as injustiças sociais que afetam essa população.

Dessa forma, falar sobre as favelas e sobre a vida das pessoas que nelas vivem é importante para trazer à tona questões sociais e políticas que precisam ser enfrentadas e resolvidas. É preciso compreender e respeitar a diversidade cultural e social do Brasil e lutar por políticas públicas que garantam acesso igualitário a serviços básicos e oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica.

2.1. Favela: uma herança de uma abolição sem emancipação

O termo “favela” possui diversas definições e conceitos, muitas vezes generalizantes e até mesmo inadequados para a compreensão do fenômeno designado. Aqui utilizaremos uma noção mais abrangente, pensando o termo enquanto um conceito abstrato, mas que designa determinado fenômeno social. (PAULINO, 2007). Não objetivamos entrar na discussão sobre a diversidade de definições e as diferentes discussões sobre o conceito, visto que este é marcado por imprecisões e ambiguidades.

Favela é um fenômeno urbano em escala global que possui mais de um século de existência no Brasil e assim como os cortiços e os loteamentos periféricos, se tornou uma alternativa de moradia para os indivíduos atingidos pela pobreza urbana. São muitos os trabalhos que discutem sobre a origem deste fenômeno e do próprio termo.

A Organização das Nações Unidas (ONU) buscou padronizar internacionalmente a definição de favela/*slum*. Nesse sentido, em 2002 foi adotado a seguinte definição que estabelece que uma favela/*slum* é uma “área que combina as seguintes características: acesso inadequado à água potável; acesso inadequado à infraestrutura de saneamento básico e outras instalações; baixa qualidade das unidades residenciais; alta densidade e insegurança quanto ao status da propriedade.” (PRETTO; MARZULO, 2013, p. 1).

Ainda, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define favela como “aglomerado subnormal como sendo um conjunto de domicílios com no mínimo 51 unidades que ocupa, de maneira desordenada e densa, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e que não possui acesso a serviços públicos essenciais.” (PRETTO; MARZULO, 2013, p. 1). Entretanto, Costa e Nascimento (2005) argumentam que o IBGE apresenta dados bastante subdimensionados por falhas metodológicas e ainda por uma dificuldade óbvia de conhecer a titularidade da terra sobre as quais as favelas se instalam. Por isso, as prefeituras possuem dificuldades em trabalhar com as informações do IBGE, visto que, em muitos casos, o conceito não corresponde com os resultados esperados.

Também, de acordo com Jorge Paulino: “A favela enquanto alternativa de habitação dos pobres urbanos se caracteriza pelo menos por três pontos; primeiro pela precariedade das suas construções, segundo pela irregularidade do seu traçado e terceiro pela ilegalidade fundiária, urbanística e edílica. (2007, p. 22). Assim, é comum que as moradias de favelas sejam compostas de cômodos pequenos, úmidos, pouco ventilados, mal iluminados, com problemas estruturais e de acessibilidade.

Isso se deve pelo restrito espaço de terreno, a falta de recursos financeiros, a falta de conhecimento técnico para execução das obras, que vão sendo ampliadas sem planejamento prévio. Os terrenos utilizados em sua implantação são alheios - públicos ou privados. Não raramente essas áreas são ocupadas coletivamente por meio de iniciativas organizadas e, com o decorrer do tempo, passam a abrigar inclusive construções destinadas ao comércio, indústria e serviços, muitas vezes públicos. (ABIKO; COELHO, 2009).

Uma característica marcante das favelas são as situações de insalubridade, riscos estruturais, geológicos e de inundação, além de indicadores desfavoráveis associados à vulnerabilidade social, como saúde, educação, violência, trabalho e renda. Segundo Mike

Davis: “Existem provavelmente mais de 200 mil favelas, cuja população varia de algumas centenas a mais de 1 milhão de pessoas em cada uma delas.” (2006, p. 37).

O termo “favela” é próprio da botânica, diz respeito a um tipo de arbusto ou árvore que ocorre no Brasil nas regiões nordeste e sudeste. O termo favela foi dado a um morro que se localizava junto à cidadela de Canudos, que era coberto por essa planta. Em 1897, durante a Guerra de Canudos, cerca de 20 mil soldados que haviam ido para essa região, ao voltar para a cidade do Rio de Janeiro, não receberam o soldo prometido. Com isso, se estabeleceram com suas famílias no Morro da Providência, passando a morar em construções provisórias juntamente de outros desabrigados. Tais desabrigados faziam parte da população expulsa dos cortiços do centro da cidade, como o “Cabeça de porco”¹⁰. Nesse período, os cortiços eram a modalidade de habitação predominante dos “pobres urbanos”, tanto no Rio de Janeiro, como em São Paulo.

A partir daí, segundo Maurício de Almeida Abreu (1994): “Seja porque o morro da Providência se assemelhava ao morro existente em Canudos, seja porque os soldados ali encontraram (ou construíram) algo que lhes recordava Canudos, a verdade é que o morro da Providência logo passou a ser conhecido na cidade como morro da Favela”. (*apud*, PAULINO, 2007, p. 23). O termo favela foi se popularizando e passou a ser usado para designar as habitações improvisadas, sem infraestrutura, que ocupavam os morros.

Considerada a primeira favela do Brasil, o Morro da Providência (designação atual da região) ou Morro da Favela, se tornou o local de moradia para famílias de baixa renda. As primeiras casas da Providência começaram a ser construídas na parte baixa do morro, com o mesmo formato das casas existentes em Canudos. Atualmente, nenhuma dessas residências existe mais, pois essa parte do morro começou a ser explorada para a extração de pedras para as obras da região central da cidade. Pesquisadores estabelecem uma ligação direta entre as demolições dos cortiços e a ocupação ilegal dos morros no início do século XX. (PAULINO, 2007).

Figura 4 - As primeiras casas no Morro da Providência em 1905. (Foto: Renascença)

¹⁰ Maior e mais famoso cortiço do Rio de Janeiro. Estima-se que possuía quatro mil residências, com cerca de 2 mil pessoas. No portão da frente havia uma cabeça de porco trabalhada em ferro que ornamentava a entrada. Quase um bairro, a habitação contava com um longo corredor central, duas alas com mais de cem casas e outras “ruas”, com mais casas. A parte de trás dava para o atual morro da Providência. O Cabeça de Porco foi destruído em 1893 por ordem do prefeito Cândido Barata Ribeiro, fazendo com que muitas famílias fossem para o Morro da Providência.



Fonte: Site G1 Rio. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html>. Acesso em: 18 nov. 2022.

Diferentemente do Rio de Janeiro que, ainda no século XIX os cortiços foram substituídos pelas favelas, em São Paulo esta era a modalidade de moradia popular predominante nesse período.

Estima-se que a terça parte das habitações existentes em São Paulo era composta de cortiços. Como, em geral, cada unidade abrigava grande quantidade de pessoas, pode-se inferir que a maioria dos habitantes de São Paulo do início do século vivia nesse tipo de moradia. Sabe-se ademais que nas primeiras décadas que se seguiram a 1900, ele continuou bastante presente no cenário urbano, o que permite concluir que foi durante largo período a forma de habitação dominante da classe trabalhadora que só bem mais tarde passou a construir, com as próprias mãos, a sua casa nas periferias da cidade. (KOWARICK; ANT, 1988, p. 50).

Nesse contexto, em que as cidades estavam em pleno desenvolvimento capitalista, massas de indivíduos em busca de melhores condições de vida, iam para o Rio de Janeiro – capital federal – e São Paulo – em prosperidade por conta da economia cafeeira. Como na grande maioria dos casos se tratava de ex-escravizados e imigrantes desprovidos de condições financeiras de comprar um lote de terra e construir uma habitação, a favela e o cortiço se apresentavam como alternativas de moradia.

Em São Paulo, no período compreendido entre 1886 e 1900, a cidade “explode” e os dados apontam que seu crescimento demográfico chegou a 28% (mais de 20 mil habitantes) por ano. (BONDUKI, 2004, p. 18). Ainda sobre o crescimento da população paulistana, São Paulo tinha em 1872, 31 mil habitantes e em menos de 30 anos, multiplicou por cerca de 8 vezes esse

contingente, chegando ao final do século XIX como a segunda maior cidade do país, atrás somente da capital. (PEREIRA, 2004, p. 40). A demanda por habitações aumentava na mesma proporção do crescimento populacional e os cortiços eram a alternativa encontrada pelas camadas populares, tornando assim, a primeira forma de habitação dos indivíduos mais pobres em São Paulo. Nesse período, as favelas eram inexistentes. (PAULINO, 2007, p. 38).

No início do século XX, a questão mais discutida pelo poder urbano era: “O que fazer com os cortiços?”, pois estas habitações eram vistas como um problema de saúde pública e sanitária a ser resolvido. Com isso, foram elaboradas diversas medidas públicas, com o objetivo de intervir nos espaços dos cortiços. Como por exemplo na legislação urbana que em 1886 expediu o Código de Posturas que proibia a presença de cortiços no perímetro urbano, considerado do “comércio”. Por outro lado, esse Código de Posturas permitia que: “Tais moradias seriam toleradas a partir da zona suburbana” (*apud* LEMOS, 1988). Nesse sentido, observamos que o objetivo era eliminar, ou pelo menos reprimir essa modalidade da parte mais valorizada da cidade, o centro.

Segundo Rolnik: “Esse tipo de intervenção no território ‘popular’ complementava o projeto urbanístico municipal de construção de uma nova imagem pública para a cidade, aquela de um cenário limpo e ordenado que correspondia à respeitabilidade burguesa com a qual a elite do café se identificava”. (1997, p.37). Forjava-se ali um modelo de cidade segregada espacialmente, assim como, um outro padrão de cidade, com base em um discurso higienista.

De acordo com Jorge Paulino, as favelas já estavam presentes na cidade de São Paulo pelo menos desde antes da década de 1940. (2007, p. 74). O fenômeno nas suas origens se apresentava como o desdobramento de uma forte crise de moradia, provocada, dentre outros fatores, pela instituição da Lei do Inquilinato, que gerou escassez de oferta de moradias de aluguel. Nas palavras de Nabil Bonduki: “Conseqüência dos despejos, da forte urbanização e da falta de alternativas habitacionais, os primeiros núcleos de favelas em São Paulo surgiram na década de 1940. (2004, p. 270).

Contudo, o autor ressalta que a favela não era um fenômeno, quantitativamente relevante pelo menos até a década de 1970, como era, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, visto que, o que predominou como alternativa de moradia para as camadas populares em São Paulo foi a autoconstrução em algum loteamento de periferia. Para Vaz, o cortiço nada mais foi do que a semente para a favela. (1994 a).

Vale ressaltar que, pelo menos em São Paulo, o surgimento das favelas não estava relacionado a nenhum movimento organizado de invasões. Pelo contrário, tratava-se de ocupações consentidas ou ainda estimuladas pela própria prefeitura. (PAULINO, 2007, p. 75).

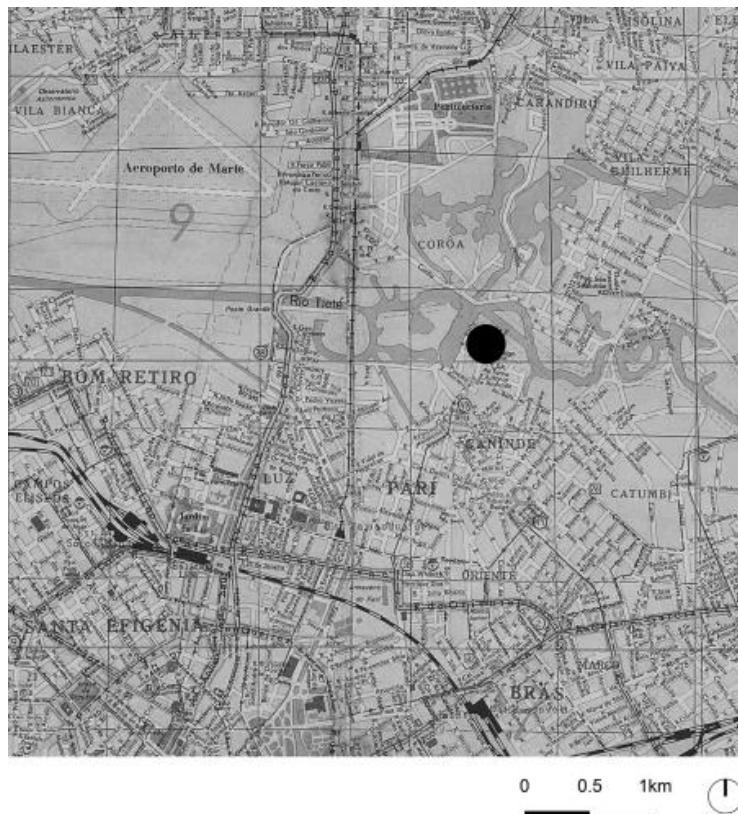
São Paulo, ao longo da década de 1930 e início da década de 1940 já se projetava como grande metrópole. A cidade, nesse período, já era considerada o maior centro industrial da América Latina. E, nesta condição privilegiada, atraía um contingente populacional migrante muito grande. Por outro lado, este crescimento provocava um certo temor nas elites, por conta da presença de uma massa pobre, anônima e desconhecida compartilhando os espaços da cidade. Mesmo que segregada, social e espacialmente, tratava-se agora do reconhecimento da existência de “duas cidades”, uma cidade ordenada e moderna, das elites; e outra caótica, desordenada e arcaica, dos pobres. (PAULINO, 2007, p. 76).

As favelas paulistanas, desde as suas origens, herdaram uma série de estigmas e preconceitos que até então cercavam os cortiços. (PAULINO, 2007, p. 75). “A favela, desde o seu início, já é lugar sujeito a preconceito, discriminação, e símbolo de segregação”. (SAMPAIO, 1998, p. 124). Essa visão de degradação aliadas à imagem da favela, fazem com que exista certo mito, que a apresenta como um lugar somente habitado por traficantes e outros marginais, mendigos e desocupados. Entretanto, na maioria das vezes essa situação não corresponde à realidade, visto que a maioria dos seus moradores se constitui de trabalhadores.

2.2. Canindé: a favela extinta que marcou a vida de Carolina Maria de Jesus

Inserida nesse contexto, tem-se a favela do Canindé, situada num terreno público, em um meandro do rio Tietê prestes a ser canalizado, desprovida de qualquer infraestrutura. Surgiu em 1948 por estímulo da própria Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), que concedeu a área para o assentamento de famílias desalojadas da ocupação de um terreno particular, e, treze anos depois, em 1961, foi extinta. (BARONE, 2019). Carolina Maria de Jesus foi moradora dessa favela.

Figura 5 – Localização da Favela do Canindé, no ponto em que finalizava a obra de canalização do rio Tietê. Mapa Falk São Paulo (projeção hiperboloide com rede quilométrica), escala 1:40.000



Fonte: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1951. *In:* (BARONE, 2019, p. 56).

Um dos estudos pioneiros sobre as favelas paulistanas, o Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) de Marta Godinho, realizado em 1955, aponta como o surgimento da favela do Canindé está relacionado com o surgimento de outras favelas paulistanas. Como é o caso da favela do Piqueri, que surge da desocupação da favela da Lapa; Favela da Barra Funda e de Ibicaba, em que os moradores conseguiram um memorando de autorização do Gabinete do Prefeito para instalarem em terrenos do município. Assim, compreendemos que nesse contexto, o estímulo da Prefeitura Municipal de São Paulo era um fator importante para o surgimento dessas favelas, como já observado anteriormente.

As favelas paulistanas desse contexto compartilham algumas características, e diferentemente das favelas cariocas, não estavam localizadas em morros, mas sim ao longo das várzeas dos rios que cortam a cidade. De acordo com Bonduki:

Muitas das favelas surgiram neste período, como a da Baixada do Penteadó, Ibirapuera, Canindé, Ordem e Progresso, Lapa, Vila Prudente, Vila Guilherme, Piqueri, Tatuapé e Vergueiro, localizavam-se nas várzeas dos rios Tietê e Tamanduateí – públicas e ociosas devido à dificuldade de ocupação -, próximas ao centro ou às áreas industriais. (2004, p. 262).

Nesse sentido, Godinho (1955) escreve que a favela do Canindé, começou em 1948:

(...) Junto a Rua Antônio de Barros, num terreno dos irmãos X, formou-se uma favela à revelia dos proprietários que, tão logo tiveram conhecimento, requereram despejo policial. Aquelas pessoas então desalojadas foram reclamar no Gabinete do Prefeito, onde receberam um memorando para usarem o terreno da Prefeitura, no Canindé. Para alguns, a prefeitura forneceu também caminhão para o transporte do barraco. Iniciou-se, então, a << Favela do Canindé >> com 99 famílias. (*apud* PAULINO, 2007, p. 80-81).

Além disso, Godinho argumenta que:

Como a área lá era grande, muitas outras pessoas depois, com o correr do tempo, mediante o memorando de autorização do gabinete do senhor Prefeito, foram para lá. Como não havia água e não podiam cavar poços, devido à proximidade do rio Tietê, a Prefeitura mandou instalar uma caixa d'água que abastecesse toda a favela. (*apud*, PAULINO, 2007, p. 81).

Marta Godinho também informa que a favela comportava 96 barracos, 108 famílias e 463 pessoas. (*apud* BARONE, 2019, p. 48). O esgoto era recolhido em fossas improvisadas que muitas vezes transbordavam e se misturavam ao lamaçal da várzea, nos caminhos de acesso aos barracos, dando ao bairro um odor fétido. O terreno que Carolina de Jesus dispunha, medido por fiscal, tinha 6 metros de frente por 12 metros de fundo. O barraco fora construído com seus próprios braços.

Sobre o barraco de Carolina, descreve o jornalista Audálio Dantas:

O barraco é assim: feito de tábuas, coberto de lata, papelão e tábuas também. Tem dois cômodos, não muito cômodos. Um é sala-quarto-cozinha, nove metros quadrados, se muito for; e um quarto quartinho, bem menor, com um lugar para uma cama justinha lá dentro. A humanidade dele é esta: Carolina, Vera Eunice, José Carlos, João José, e 35 cadernos. Tem mais coisas dentro dele, que a luz da janelinha deixa a gente ver: um barbante esticado, quase arrebentando de trapos pendurados, mesinha quadrada, tabua de pinho; e fogareiro de lata e lata-de-botar-água e lata-de-fazer café e lata-de-cozinhar; tem também guarda-comida escuro de fumaça e cheio de livros velhos; e mais duas camas, uma sala-quarto-cozinha e outra no quarto assim chamado. (DANTAS *apud* JESUS, 1960, s/p).

O termo favela só passou a ser difundido em São Paulo a partir da década de 1960. Alguns estudos reconhecem a importância da publicação de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* para a discussão sobre o tema como problema social, desencadeando no poder público ações de intervenção em favelas. Além de outros fatores que contribuíram para que o assunto fosse debatido publicamente, como por exemplo o aparecimento do MUD (Movimento Universitário de Desfavelamento).

Helena Junqueira (1964, p. 38) afirma que o impacto causado pela publicação do livro fez com que a favela do Canindé fosse extinta pela prefeitura, através de um plano pelo qual 60% de seus moradores adquiriram casa própria. Essa ampla divulgação e interpretação desse fenômeno social marcaram o despertar da cidade de São Paulo para essa questão.

Sua extinção, se deu como parte do projeto de desfavelamento da cidade de São Paulo especificamente com o projeto “Desfavelamento do Canindé” promovido pela divisão de Serviço Social do Município que alegou que tal ação se deu, prioritariamente, por estar situada numa área de várzea onde população há anos sofria com enchentes. (CANHA, 2016, p. 12-13). Em 1961, o poder público elegia a favela do Canindé como primeira a ser extinta, de um conjunto que incluía as favelas da Barra Funda, Ibicaba e Piqueri, que não chegaram a ser eliminadas nesse contexto. Além disso, a extinção da favela estava associada à retomada das obras de canalização do rio Tietê. (BARONE, 2019, p. 74).

Barone (2019) afirma que os ex-moradores da favela do Canindé foram transferidos para bairros distantes. Dezoito para Vila Mascote (região sul de São Paulo); dezesseis para Jardim Etelvina; treze para Cidade A. E. Carvalho; nove para Itaim; sete para Jardim Vila Rio Branco; cinco para Vila Itaim (região leste); dez para Jardim Brasil; seis para V. Gustavo (região Norte), para citar os principais destinos. A extinção levou os moradores para os extremos mais distantes da cidade de São Paulo.

2.3. A favela como extensão da senzala: uma análise histórico-sociológica em *Quarto de despejo* de Carolina Maria de Jesus

“A noite os barracões são todos negros. E negra é a existência dos favelados.”

Carolina Maria de Jesus

Para encerrar este capítulo, faremos uma análise histórico-sociológica sobre a favela no Brasil, discutindo como esta é uma extensão da senzala¹¹ desde a abolição da escravidão no Brasil, produzindo o que Carolina Maria de Jesus intitula de “quarto de despejo”.

¹¹ As senzalas eram grandes alojamentos que se destinavam à moradia dos escravizados nos engenhos e fazendas do Brasil Colônia e do Império do Brasil entre os séculos XVI e XIX.

Em 13 de maio de 1888, após um longo processo que durou todo o século XIX, a Lei Áurea (nº 3.353) foi sancionada pela Princesa Isabel, filha de Dom Pedro II. A Lei concedeu liberdade aos escravizados que ainda existiam no Brasil, um pouco mais de 700 mil (SILVA, [s.d.]), abolindo finalmente a escravidão no país. A escravidão no Brasil era uma instituição que existia desde meados do século XVI, tendo sido introduzida pelos portugueses durante a colonização.

Figura 6 – Edição do jornal carioca “Gazeta de Notícias” de 13 de maio de 1888



Fonte: Site: Toda Matéria. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/lei-aurea/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

Como podemos observar no texto da Lei, esta, declarou extinta a escravidão no Brasil, mas não fala em indenização aos escravizados libertos e nem aos senhores de escravizados. Junto da assinatura da lei, também não houve um planejamento de políticas públicas voltado à inserção do negro na sociedade. Ao contrário, o que houve, foi o abandono da população negra brasileira recém-liberta e o incentivo do Estado brasileiro para vinda de imigrantes europeus. Tudo isso num contexto em que o “racismo científico”¹² estava em voga.

Nesse contexto temos: “Uma população escravizada, com sua humanidade cancelada e reduzida à propriedade, estava agora recém liberta, interpelando a sociedade livre com a força de seus fantasmas.” (CYRINO; MARQUES; ANJOS, 2022, p. 24). Esses indivíduos saíram em busca de melhores condições de vida, Walter Braga (2009) afirma que uma das reações dos libertos foi mudarem-se de lugar. Portanto, muitos escravizados abandonaram as fazendas nas quais foram escravizados e mudaram-se para outras ou foram para cidades.

¹² Desde o final do século XIX, um conjunto de teorias passou a determinar os critérios mediante os quais alguém passaria a ser considerado civilizado e estabeleceu a diferença desse padrão como anomalia. Presente nas ciências naturais, sociais, jurídicas, artísticas, literárias, o racismo científico absorveu fontes do evolucionismo e do darwinismo social que, consideradas as diferenças de suas percepções, tinham algo em comum: naturalizavam seus conceitos enquanto definiam estratégias de aperfeiçoamento humano, e convergiam no que dizia respeito à eliminação do componente entendido como degenerativo. (CYRINO; MARQUES, ANJOS, 2022, p. 24).

Como discutido anteriormente, no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, a favela – junto dos cortiços – apresentou-se como alternativa de moradia para as classes populares, constituída principalmente desses ex-escravizados, imigrantes pobres e operários em busca de melhores condições de vida. Nesse contexto de profundas transformações, na estrutura política e social – com o advento da República, a abolição da escravidão e um intenso processo de imigração – as cidades estavam em pleno desenvolvimento capitalista e apresentavam um acentuado crescimento urbano, particularmente Rio de Janeiro – capital federal – e São Paulo – em prosperidade por conta da economia cafeeira.

Maricato assinala que, no:

Rio de Janeiro, para onde acorreram muito dos escravos libertos das fazendas decadentes, a população quase dobrou entre 1872 e 1890. O crescimento urbano acarretou uma demanda por moradia, transporte e demais serviços urbanos até então inédita. Em 1861, 21.929 pessoas, de uma população de 191.002, viviam em cortiços. Em 1888, esse número foi para 46.680.” (1997, p.26-27).

Sobre o crescimento da população paulistana, Pereira ressalta que, citando um texto de Matos de 1954: “São Paulo tinha em 1872, 31 mil habitantes e, em menos de 30 anos, multiplicou por cerca de 8 vezes esse contingente, chegando ao final do século XIX como a segunda cidade do País, só suplantada pela capital federal.” (PEREIRA, 2004, p. 40). Nesse sentido, a demanda por moradia se intensificava na mesma proporção do crescimento populacional e o cortiço foi a alternativa encontrada para abrigar as camadas populares da população paulistana, tornando-se a primeira forma de habitação da pobreza em São Paulo. (PAULINO, 2007, p. 38). E como já vimos, essa forma de habitação foi sendo substituída pelas favelas, processo que aconteceu primeiro no Rio de Janeiro e depois em São Paulo.

Conforme Froz e Santos argumentam: “O espaço da favela possibilita ser pensado como continuidade da senzala, apesar de estarmos nos referindo a espaços temporais distintos.” (2018 p. 33). Em *Quarto de despejo*, a narrativa se desenvolve através das reflexões da narradora/personagem ao comparar as vivências dos moradores com as mazelas da escravidão. Em algumas passagens da obra observamos a comparação que faz à cor preta do feijão que é negra, assim como a dela: “Quando puis a comida o João sorriu. Comeram e não aludiram a cor negra do feijão. Porque negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia.” (JESUS, 2020, p. 46).

Bauman (2003, p. 80) assevera que “o abismo entre os ricos e os pobres, e entre os mais ricos e os mais pobres se amplia ano a ano tanto entre as sociedades como dentro delas, em escala global e dentro de cada Estado”. Dessa forma, assim como há distância entre a casa

grande¹³ e a senzala, há também entre os bairros nobres e os excluídos, permanecendo a relação entre a casa grande e a senzala mesmo após a abolição da escravidão.

No livro, a favela era designada como o “quarto de despejo” da cidade, o lugar onde são relegados os indivíduos marginalizados pela sociedade e onde são despejados aqueles que não devem ser vistos: a população pobre, sem acesso a serviços básicos como saúde, educação, saneamento e segurança.

É que em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós os pobres que residíamos em habitações coletivas fomos despejados e ficamos debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós os pobres somos trastes velhos. (JESUS, 2014, p. 195).

A nova senzala, neste caso as favelas, abrigam sujeitos subalternizados, excluídos dos grandes centros, jogados nos “quartos de despejo” da cidade. Em *Quarto de despejo*, o espaço da narrativa, a favela, fora descrita várias vezes por Carolina de Jesus como tendo a impressão de estar no inferno: “Favela, sucursal do Inferno, ou o próprio Inferno.” (JESUS, 2020, p. 152). Ainda: “Se eu pudesse mudar desta favela! Tenho a impressão que estou no inferno” (JESUS, 2020, p. 32).

Carolina Maria de Jesus via o seu espaço como o pior lugar para se viver: “Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo” (JESUS, 2020, p. 40-41).

Nunca se identificou como parte daquela realidade, não conseguia conceber a favela como sua moradia. Observamos isso em passagens do livro em que a autora sequer via o barraco em que vivia o chamava de lar: “[...] Cheguei na favela: eu não acho geito de dizer cheguei em casa. Casa é casa. Barracão é barracão. O barraco tanto no interior como no seu exterior estava sujo. E aquela desordem aborreceu-me” (JESUS, 2020, p. 50).

Ultramari e Andreoli escrevem que: “Embora escrito na década de 60, a escrita biográfica é atual, pois expõe a intensidade dos acontecimentos de uma vida marcada pela marginalidade e informalidade que pouco se alteraram ao longo da história nas cidades brasileiras.” (2021, p.1). A autora fez-se representante daquele lugar e dos sujeitos que viviam às margens da sociedade, denunciando uma realidade perversa e cruel.

¹³ Casa-grande é uma expressão que se refere à casa principal das grandes fazendas coloniais no Brasil, onde viviam os senhores de escravos. O termo também é utilizado para se referir ao sistema social e econômico da época, que se baseava na exploração de mão de obra escrava, em que a casa-grande representava o poder e a riqueza dos proprietários de terras. A expressão é usada ainda hoje para se referir a uma casa grande e suntuosa, ou de forma figurada, para se referir ao poder econômico e político de uma elite.

Carolina Maria de Jesus nos mostra através de sua narrativa que a marca da escravidão ainda se faz presente em nossa sociedade. Apesar de mudanças nos termos usados, como senzala agora sendo favela e casa grande sendo bairro nobre, o racismo estrutural¹⁴ ainda é uma realidade em nosso país. A obra da autora evidencia que as situações de privação e discriminação vivenciadas por ela ainda são uma realidade para grande parcela da população brasileira subalternizada, especialmente para os negros, tal como a própria Carolina.

Essas reflexões são fundamentais para compreendermos as desigualdades sociais e raciais ainda existentes em nosso país. No entanto, aprofundaremos essa discussão no próximo capítulo deste trabalho, que abordará mais especificamente a questão da favela.

¹⁴ Conceito formulado pelo jurista brasileiro Silvio Luiz de Almeida. O pesquisador argumenta que o racismo é sempre estrutural, ou seja, é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Aqui o racismo é concebido como resultado da própria estrutura social, fazendo parte do funcionamento “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. (ALMEIDA, p. 50, 2018).

3. COLONIALIDADE: A ANÁLISE DE CAROLINA MARIA DE JESUS SOBRE A CONTRADIÇÃO ENTRE PROGRESSO E FAVELA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para compreender a análise realizada neste trabalho, abordaremos o conceito de colonialidade. A compreensão desse conceito é crucial para analisarmos nosso objeto de estudo, uma vez que a modernidade foi considerada como uma criação europeia, que colocou esse continente no centro do mundo, subjugando e marginalizando indivíduos com base na ideia de raça. Apesar da independência dos países colonizados, os ideais colonizadores persistiram e deram origem à colonialidade.

Em nosso segundo tópico, analisaremos como Carolina Maria de Jesus identifica a contradição entre a ideia de progresso e a realidade da favela em sua obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, evidenciando a colonialidade em sua escrita.

1.1. Colonialidade: a parte indissociavelmente constitutiva da modernidade

Conforme fora articulado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), a globalização¹⁵ em curso é o resultado de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo¹⁶. Esse eixo tem origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, em um elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico.

Bernadino-Costa e Grosfoguel (2016) discutem que o conceito de colonialidade, parte do pressuposto de que o “sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial europeu” tem início em 1492, a partir do “descobrimento da América”. Assim, compreende que

¹⁵ Globalização é o fenômeno de integração econômica, social e cultural do espaço geográfico em escala mundial. É caracterizada pela intensificação dos fluxos de capitais, mercadorias, pessoas e informações, proporcionada pelo avanço técnico na comunicação e nos transportes.

¹⁶ Visão que coloca a Europa como o elemento fundamental na constituição da sociedade moderna, vista como superior aos demais povos e culturas do mundo.

a modernidade¹⁷ não foi um projeto engendrado na Europa a partir da Reforma Protestante, do Iluminismo e da Revolução Industrial e que o colonialismo se somou a esse processo. Pelo contrário, argumenta-se que o colonialismo foi a condição fundamental de formação não só da Europa, mas da própria modernidade. Na concepção de Henrique Dussel (1994), sem colonialismo não haveria modernidade. Desse modo, a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder mundial e por isso, como a primeira identidade da modernidade. Nas palavras de Walter Mignolo: “a colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade; é a sua parte indissociavelmente constitutiva.” (2003, p. 30).

A partir dessa formulação tornou-se evidente a centralidade do conceito de colonialidade do poder, entendido como a ideia de que a raça e o racismo são os princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial e das relações de poder do sistema-mundo. A partir dessa nova lógica, a diferença entre conquistadores e conquistados foi definida a partir da ideia de raça. (WALLERSTEIN, 1990). Esse padrão de poder não se restringiu ao controle do trabalho, mas envolveu também o controle do Estado e suas instituições, bem como a produção de conhecimento. (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016). Nessas bases, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo.

Este conceito foi formulado pela primeira vez de maneira explícita pelo sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (1992)¹⁸ e posteriormente retomado pelo já citado, Aníbal Quijano, que passou a nomeá-lo como colonialidade do poder. Nesse contexto, no final dos anos 1990 o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), formado por intelectuais latino-americanos, como o próprio Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Walter Mignolo, situados em diversas universidades das Américas, realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial¹⁹ no continente por meio da noção de “giro decolonial”. (BALLESTRIN, 2013).

Assumindo uma grande quantidade de influências teóricas, o grupo M/C atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente. Defende a “opção decolonial” – epistêmica, teórica

¹⁷ Compreendemos a modernidade como o período vigente no mundo, caracterizado pela realidade social, cultural e econômica.

¹⁸ WALLERSTEIN, IMMANUEL. *La creación del sistema mundial moderno*. In: BERNARDO, Lusi. *Un mundo jamás imaginado*. Bogotá: Editorial Santillana, 1992.

¹⁹ Área de estudos interdisciplinares que se dedica à análise dos efeitos duradouros dos domínios coloniais, nos países ou regiões outrora colonizadas, nas relações entre descendentes de colonizadores e descendentes de colonizados etc.

e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva.

Bernardino-Costa e Grosfoguel expressam que:

Sem utilizar precisamente o termo “colonialidade”, já era possível encontrarmos a ideia que gira em torno desse conceito em toda a tradição do pensamento negro. A título de exemplo, podemos encontrar contemporaneamente essa ideia em autores e autoras tais como W. E. B. Du Bois, Oliver Cox, Frantz Fanon, Cedric Robinson, Aimé Césaire, Eric William, Angela Davis, Zora Neale Huston, bell hooks etc. (2016, p.17).

Nesse sentido, observa-se que essa discussão em torno da centralidade do conceito de raça para a formação da modernidade e como essa classificação subalterniza²⁰ indivíduos já era vista no pensamento negro, o grupo Modernidade/Colonialidade somente sistematiza e conceitos e categorias recentes.

Esse processo de exclusão de determinados saberes, é compreendido através do conceito de colonialidade do saber, vista como:

[..] o posicionamento do eurocentrismo como ordem exclusiva da razão, conhecimento e pensamento, a que descarta e desqualifica a existência e viabilidade de outras racionalidades epistêmicas e outros conhecimentos que não sejam os dos homens brancos europeus ou europeizados. (WALSH, 2009, p. 9).

Ao permear o campo do saber, usando-o como dispositivo de dominação, a colonialidade penetra e organiza os marcos epistemológicos, acadêmicos e disciplinares. Por isso, existe hoje dentro do discurso de muitos intelectuais “progressistas” para fazer um esforço em desacreditar as lógicas e racionalidades do conhecer que historicamente ainda existe entre muitos povos e comunidades ancestrais, como as emergentes tentativas de construir e posicionar “pensamentos próprios” de caráter decolonial, caracterizando ambos como invenções fundamentalistas, essencialistas e racistas. Nesse contexto, criou-se a dicotomia entre o europeu e não-europeu, o branco-não branco, o atrasado-desenvolvido etc.

A decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade. Para Mignolo, “a conceitualização mesma da colonialidade como

²⁰ Subalternização é um processo social que ocorre quando um grupo ou indivíduo é subordinado ou excluído de forma sistemática e persistente na estrutura social. Essa exclusão pode se dar em diversos aspectos, como acesso a direitos básicos, oportunidades econômicas e políticas, participação cultural e social, entre outros. A subalternização está diretamente ligada a relações de poder desiguais, onde um grupo ou indivíduo detém mais poder e privilégios em detrimento de outros grupos ou indivíduos considerados subalternos. Essa dinâmica é muitas vezes justificada por meio de discursos ideológicos que naturalizam a desigualdade e a inferioridade dos grupos subalternos. É um conceito frequentemente utilizado em estudos pós-coloniais e críticos das desigualdades sociais.

constitutiva da modernidade é já o pensamento de-colonial em marcha” (2008, p. 249). Mas, para ele, a origem do pensamento decolonial é mais remota, emergindo como contrapartida desde a fundação da modernidade/colonialidade.

Raphael Colvara Pinto argumenta que a decolonialidade é “um projeto político-epistêmico fundamentado nas cosmologias e memórias de comunidades subjugadas pelo sistema capitalista moderno, sistema fruto de uma cultura eurocentrada e racista, criadora de desigualdades. (2019, p. 102). Nesse sentido, “diz respeito a um processo que busca a transcendência da modernidade/colonialidade”. (MUNSBURG, 2018, p. 145).

Além da colonialidade do poder e a colonialidade do saber, já evidenciadas, foi pensada por Mignolo, a colonialidade do ser. Assim, a colonialidade do ser pode ser definida como uma realidade do mundo moderno colonial, que faz com que se inferiorizem pessoas, logo, uma forma de se destituir a existência humana. Também pode ser definida como “a experiência vivida da colonização e seu impacto sobre a linguagem. Ou seja, é aquela onde os efeitos da colonização são sentidos diretamente nos colonizados. (MIGNOLO, 2003).

1.2. O olhar de Carolina Maria de Jesus sobre a contradição entre a ideia de progresso e a realidade da favela: uma crítica à modernidade/colonialidade

É importante essa discussão anterior porque ela permite entender como Carolina Maria de Jesus utilizou a escrita como forma de resistência e luta contra a subalternização imposta pelo sistema colonial e pelo racismo estrutural.

Carolina Maria de Jesus, escreve em seu diário, caracterizado pela sua autobiografia, memória e testemunho, sua vivência enquanto moradora da favela do Canindé em São Paulo entre os anos de 1955 e 1960. A escritora utiliza a palavra como instrumento de voz e de denúncia sobre as mazelas em que vivia e, ao agir e romper com a colonialidade do saber, descobre-se como capaz de escrever a própria história, detendo o poder de ressignificar sua existência e tornar-se sujeito político e social, além do pensamento de ascensão social por meio da divulgação das suas obras.

Carolina evoca acontecimentos e espaços representativos de um momento da História do Brasil. Marcela Ernesto dos Santos, discorre que as autobiografias das mulheres são “uma fonte rica de informações, pois revelam os sentimentos e as frustrações vividas naquele momento histórico”. (2009, p. 38). Dessa forma, para compreendermos de modo amplo tal narrativa, precisamos contextualizá-la e situá-la no espaço político, histórico e geográfico.

Nessa perspectiva, Meihy enquadra a obra *O quarto de despejo* como um texto que, “no Brasil, apenas se explica no espaço e no tempo preciso em que foi publicado [...] pois, só se explicaria no momento político e cultural do florescimento da democracia e da contracultura²¹.” (1998, p. 88). Deste modo, pontua que durante este período da obra em questão, a sociedade brasileira passava por uma intensa experiência democrática, que se inicia com a superação do Estado Novo (1937-1945) e se encerra com a instalação da Ditadura Militar (1964).

Carolina demonstra ser uma pessoa extremamente atualizada em relação ao que se passa na vida política do país, o que se comprova pelas constantes referências aos políticos em destaque na época, como Carlos Lacerda, Jânio Quadros, Adhemar de Barros e Juscelino Kubitschek. Em seu texto é possível observar a exploração da boa-fé do povo pelos políticos na época de eleições, as visitas dos candidatos à favela. Os pequenos agrados e as promessas não cumpridas são registrados pela escritora de forma crítica e consciente, como observado nos trechos abaixo:

[...] Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a Historia do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensor da pátria. [...] Quando o arco-iris surgia eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-iris estava sempre distanciando. Igual os politicos distante do povo. Eu cançava e sentava. Depois começava a chorar. Mas o povo não deve cançar. Não deve chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos sofrendo. (JESUS, 2020, p. 55).

[...] Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence as urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade. (JESUS, 2020, p. 42).

Os trechos apresentam uma das facetas da obra de Carolina Maria de Jesus, que é a crítica social e política. Ela não só relata sua própria vivência na favela, mas também observa e reflete sobre a realidade do país como um todo, especialmente no que diz respeito à política e ao poder. Carolina demonstra sua capacidade de compreender as manipulações políticas e como elas afetam a vida das pessoas, especialmente as mais pobres e vulneráveis. Através de sua escrita, ela denuncia as injustiças e a hipocrisia dos políticos que fazem promessas vazias em época de eleições, mas que pouco ou nada fazem para melhorar a vida da população. Além disso, ela também aponta a importância da luta e da resistência do povo em busca de melhores

²¹ Contracultura é um movimento de questionamento e negação da cultura vigente que visa contrariar normas e padrões culturais que dominam uma determinada sociedade. Neste trabalho, podemos interpretar a afirmação de Meihy como uma forma de decolonialidade, ou seja, uma forma de visibilizar a colonialidade e ultrapassá-la.

condições de vida e de um futuro mais justo. O trecho evidencia, assim, a importância da obra de Carolina Maria de Jesus não só como um relato autobiográfico, mas como uma fonte histórica e social que nos permite compreender e refletir sobre a realidade do Brasil em uma época de grandes mudanças e transformações.

No que diz respeito ao aspecto histórico e geográfico, a criação das favelas está intimamente ligada à abolição da escravidão em que os negros, então livres, passaram a se aglomerar em espaços pequenos, que agregaram também outros grupos marginalizados e pessoas que não conseguiram sobreviver nos centros urbanos, sendo o desenvolvimento da economia brasileira um dos fatores agravantes para esse panorama durante o século XX.

Os anos de 1950 e 1960, contudo, representaram para o imaginário nacional um tempo de euforia, idealizando um período de desenvolvimento e intensas transformações no país, o que omitia o contraste com o ideário de modernização: a miséria urbana, os pobres, os favelados.

Em 1955, ano em que Carolina inicia a escrita do seu diário, Juscelino Kubitschek é eleito presidente da república. Segundo Thomas Skidmore, em seu discurso Juscelino evocava que era o destino do Brasil tomar o caminho do desenvolvimento e que a solução para o desenvolvimento nacional, com todas as suas injustiças sociais e tensões políticas, devia ser a industrialização urgente. (1979, p. 207).

“Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo” era o lema do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que foi marcado pela aceleração da transformação, constante busca pelo distanciamento do subdesenvolvimento, constante busca pelo distanciamento da estrutura agrário-exportadora e industrialização conjugada com uma institucionalidade democrática. A partir das fontes históricas existentes, percebe-se que Juscelino sistematicamente fazia menção ao progresso nas mensagens enviadas ao Congresso Nacional e em seus discursos. Entretanto, não o definia categoricamente. (NUNES, 2022).

Nesse sentido, Reinhart Koselleck mostra como a ideia de progresso do século XVIII caracterizou a filosofia burguesa da História ao sintetizar uma noção de que o futuro caminhava inexoravelmente para uma condição melhor. De acordo com o autor:

A sociedade burguesa que se desenvolveu no século XVIII entendia-se como um mundo novo: reclamava intelectualmente o mundo inteiro e negava o mundo antigo. Cresceu a partir do espaço político europeu e, na medida em que se desligava dele, desenvolveu uma filosofia do progresso que correspondia a esse processo. O sujeito desta filosofia era a humanidade inteira que, unificada e pacificada pelo centro europeu, deveria ser conduzida em direção a um futuro melhor. (1999, p. 9-10).

Em outro texto, Koselleck apresenta a ideia de progresso enquanto uma síntese dos tempos modernos, momento no qual sempre se esperava que o futuro fosse melhor que o presente. Essa esperança se apresenta na tensão existente entre os conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa. Por isso, o autor definiu a experiência como sendo “[...] o passado atual, aquele no qual conhecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”

Já a expectativa “[...] é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (2006, p. 310). Portanto, compreende-se que na modernidade o horizonte de expectativa se apresentava como diferente e qualitativamente melhor que o espaço de experiência.

É nesse contexto que Carolina Maria de Jesus escreve sobre o outro lado da modernidade, a colonialidade. Meyhe afirma que: “Até aquele momento – momento de euforia coletiva e de crença no desenvolvimento econômico nacional –, pouco ou nada existia que revelasse a intimidade dos marginalizados. Tudo o que existia era ficção, escrita sobre os desprovidos e nunca por eles.” (1998, p. 87). Portanto, o diário de Carolina Maria de Jesus representou um ponto de desvio no andamento da produção intelectual brasileira.

Motivados pelo cenário político, os projetos de governo refletiam na vida dos sujeitos subalternizados na grande metrópole de São Paulo. Sua experiência enquanto moradora de favela expunha a todos, o outro lado do progresso, do desenvolvimento econômico, encetados por governos federais em nome da modernização do país.

Enquanto o discurso dominante enfatizava o progresso, Carolina Maria de Jesus expunha a face oculta da modernidade, mostrando que o desenvolvimento e a pobreza são duas faces da mesma moeda no sistema capitalista. Enquanto a Europa prosperava a partir do processo de colonização e escravidão, se modernizando nos aspectos urbanos, técnicos, tecnológicos e científicos, a América Latina e a África eram saqueadas. A pobreza na América Latina e a riqueza na Europa, portanto, fazem parte do mesmo projeto, gerando desenvolvimento e exclusão em um só movimento. (MENDES, 2023).

A autora escreve para denunciar a favela e para sair dela. Escreve também para, diferenciando-se dos outros moradores, lutar contra o rebaixamento a que estão sujeitos os miseráveis, em um momento da História do Brasil em que se anuncia novo salto modernizador de São Paulo e do país. (ARANHA, 2004). A favela foi representada como local de miséria e marginalidade, carregando a forte conotação negativa que a sociedade lhe impôs. Esse olhar condiz com a visão que seus moradores possuíam do lugar onde viviam e de quem eram. A trama social descrita por Carolina em *Quarto de despejo*, desenvolvida pelos moradores da

periferia, constitui um universo simbólico que está longe de ser único e sólido. Ele era fragmentado, em normas, regras e valores.

Assim, a escritora retrata a favela do Canindé como um lugar onde os moradores são desunidos, preconceituosos, egoístas, medíocres, agressivos e, paradoxalmente, felizes, proporcionando uma visão interna da favela. Além disso, *Quarto de despejo* também confirma a realidade conhecida de que no Canindé se vivia na pobreza extrema, com pouco acesso a recursos e uma vida de subsistência. No entanto, o livro vai além de um simples retrato da favela, tornando-se uma denúncia das condições de vida da comunidade marginalizada. Carolina Maria de Jesus utilizou a palavra como uma poderosa arma, expondo a realidade das pessoas que viviam à margem da sociedade de uma maneira única e impactante. (SANTOS 2009; GONÇALVES & NASCIMENTO, 2011).

Muitas são as formas por meio das quais Carolina transfigura a vida na escrita, permitindo aos leitores conhecer o teor conservador e excludente do processo modernizador em curso no país nos anos 1950. Como por exemplo, da presença específica do pão duro como alimento que não pode ser dispensado, porque não há outro, ela amplia o âmbito de pertencimento desta dureza, que termina por contemplar a rotina completa da vida dos moradores da favela: “Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado.” (JESUS, 2020, p. 44).

Essa ampliação da dureza, aliada às descrições minuciosas das condições de vida na favela, permite a Carolina desnudar as contradições da modernidade brasileira. Enquanto a nação se modernizava, com a construção de Brasília, por exemplo, grande parte da população vivia em condições extremamente precárias, sem acesso a serviços básicos como água, luz e saneamento. A obra de Carolina é, portanto, uma crítica à modernidade que não inclui a todos, que marginaliza e subalterniza as camadas mais pobres da população.

Em conclusão, Carolina Maria de Jesus é uma das escritoras negras brasileiras que desafiam a hegemonia literária em seus escritos, apresentando uma perspectiva contrária à representação negativa dos afro-brasileiros no cânone literário. Ela escreve sobre a vida na favela a partir da perspectiva dos moradores, destacando a existência de pessoas que foram historicamente negligenciadas pela historiografia oficial. Além disso, denuncia situações contemporâneas que ainda afetam as periferias urbanas brasileiras.

Carolina traz à tona a experiência histórica vivida pelos personagens da periferia, evidenciando a herança colonial presente na sociedade brasileira. Ela mostra como elementos do colonialismo persistem até os dias atuais, narrando as misérias dos indivíduos subalternizados com sensibilidade literária e ressaltando a colonialidade nacional. Seus escritos

têm grande importância na luta contra a marginalização das vozes subalternas na literatura e na construção de uma história mais inclusiva e representativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada sobre a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, é possível afirmar que a autora, ao retratar a realidade da favela, expõe a contradição entre a ideia de progresso e a exclusão social. A obra é uma importante fonte de pesquisa para compreender as condições de vida da população marginalizada em São Paulo na década de 1950 e 1960. Por meio da literatura, a autora nos apresenta uma realidade que não se enquadra na narrativa oficial de desenvolvimento urbano e social.

A favela é um fenômeno que se desenvolveu no Brasil, principalmente nas grandes cidades, a partir da expansão urbana desordenada e da falta de políticas públicas para garantir o acesso à moradia digna. Carolina Maria de Jesus, como uma moradora da favela do Canindé, em São Paulo, foi capaz de registrar em seu diário os problemas cotidianos enfrentados por ela e por seus vizinhos. A obra *Quarto de despejo* é uma espécie de relato histórico sobre as condições de vida dos favelados na cidade de São Paulo na época em que a autora viveu.

Através da literatura, a escritora nos apresenta uma realidade que não é facilmente visível para quem não vive na favela. A obra é repleta de descrições detalhadas sobre as condições de vida precárias, como a falta de saneamento básico, de água potável e de acesso à educação e saúde. A narrativa da autora nos mostra como a favela é uma continuação da senzala, e como a colonialidade ainda persiste nas relações de poder.

Ao fazer uso do conceito de colonialidade, o presente trabalho buscou não apenas analisar a obra da autora, mas também compreender a realidade social em que vivemos. A colonialidade é um conceito utilizado por um grupo de pesquisadores latino-americanos, denominado Modernidade/Colonialidade, que visa pensar a formação do mundo moderno/colonial. Ao utilizar esse conceito, é possível entender como a favela é uma criação da lógica do capitalismo e da colonização, que tem como objetivo explorar e excluir os mais pobres e vulneráveis.

Ao discutir a relação entre Memória e Literatura, utilizamos o conceito de escrevivência, que nos permite compreender como a literatura pode ser uma forma de registro da memória coletiva de um povo, e como a escrita é uma forma de resistência e empoderamento para aqueles que historicamente foram marginalizados e oprimidos.

A obra de Carolina Maria de Jesus, portanto, é uma importante contribuição para compreendermos a realidade social do Brasil, e para repensarmos as políticas públicas e as estruturas sociais que perpetuam a exclusão social. A partir do conceito de escrevivência,

cunhado pela escritora mineira Conceição Evaristo, é possível entender a importância da literatura e da arte como forma de resistência e de transformação social.

Em suma, a análise da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* nos permite compreender como a favela é um reflexo da desigualdade social presente em nossa sociedade, e como a literatura pode ser uma ferramenta poderosa para expor essas contradições e buscar soluções para os problemas enfrentados pelos mais pobres e vulneráveis. Carolina Maria de Jesus, com sua escrita crítica, nos deixa um legado importante para a História.

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex; COELHO, Leandro. **Urbanização de favelas: procedimentos de gestão**. Porto Alegre: ANTAC, 2009.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARANHA, Simone da Silva. Sobre Carolina Maria de Jesus, o Quarto de Despejo e a Casa de Alvenaria. **Cadernos do IFCH**, Campinas, nº 31, IFCH, Unicamp, 2004.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 11. Brasília, 2013, p. 89-117. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069/1827>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. Negra ou pobre? Migrante ou despejada? Carolina de Jesus e o enigma das classificações (1937-1977). **Afro-Ásia**, Salvador nº 59, p. 43-76, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/24977>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BAROSSO, Luciana. (Po)éticas da escriturabilidade. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Universidade de Brasília.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**. nº 12, 2012. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/332>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BARROS, José D'Assunção. História e memória - uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, vol. 3, nº 5, Jan-Jul/2009. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf. Acesso em: 03 mar 2023.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especificidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, n. 1, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015. Acesso em: 15 mar. 2023.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Tradução de: André Telles.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. **Revista de Teoria da História**, v. 3, n.1, p. 94-109, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658>. Acesso em: 16 fev. 2023.

CANHA, Suely Lucena. Crise habitacional na cidade de São Paulo: reflexões a partir do “Quarto de Despejo”. **Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo**. São Paulo, 2016.

CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marília Novais da Mata. **Muito bem, Carolina!**: Biografia de Carolina Maria de Jesus. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **A Beira da Falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar**: cultura, escrita e literatura – séculos XI-XVIII. São Paulo: Unesp, 2007.

COELHO, Fabiano. Conceitos “cultura” e “representação”: contribuições para os estudos históricos. **Fronteiras**, [S. l.], v. 16, n. 28, p. 87–99, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/4544>. Acesso em: 07 mar. 2023.

COSTA, Valéria Grace; NASCIMENTO, José Antônio Sena do. O conceito de favelas e assemelhados sob o olhar do IBGE, das prefeituras do Brasil e da ONU. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

CRUZ, Rosângela Aparecida Cardoso da. Gênero e educação nas escrevivências de Conceição Evaristo: um olhar sobre Ponciá Vicêncio e Becos da Memória. *In*: **Anais do V Simpósio Internacional em Educação Sexual**. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3142.pdf>. Acesso em: 03 mar 2023.

CYRINO, Carolina de Oliveira e Silva; MARQUES, Pâmela Marconatto; ANJOS, José Carlos Gomes dos. O que fazer com toda essa gente preta? Racismo científico e cativéis do pós-abolição. **Simbiótica**, v. 9, nº 2, mai/ago 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/39244/25722>. Acesso em: 28 dez. 2022.

DANTAS, Audálio. A atualidade do mundo de Carolina. *In*: JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Ilustração de No Martins. São Paulo: Ática, 2020.

DANTAS, Audálio. Apresentação. *In*: JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DUSSEL, Enrique. **1492: El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad** (conferências de Frankford, outubro de 1992). Bolívia: Plural Editores, 1994.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FARIAS, Tom. **Carolina**: uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: A fonte fecunda. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2021.

FILHO, Walter Fraga. Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a abolição. **Cadernos AEL**, v. 4, n° 26, 2019. Disponível em: <https://docplayer.com.br/68182728-Migracoes-itinerarios-e-esperancas-de-mobilidade-social-no-reconcavo-bahiano-apos-a-abolicao.html>. Acesso em: 28 dez. 2022.

FROZ, Sarah Silva; SANTOS, Silvana Maria Pantoja dos. Espaços de exclusão e memória em narrativas de Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus. **Terra Roxa e Outras Terras: Revista de Estudos Literários**, [S. l.], v. 35, p. 32–44, 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/terraroxa/article/view/31294>. Acesso em: 29 dez. 2022.

GODINHO, Marta Teresinha. **O serviço social nas favelas**. Trabalho de conclusão de curso apresentado para a Escola de Serviço Social, 1955.

GONÇALVES, Ana Beatriz Rodrigues; NASCIMENTO, Denise Aparecida. Favela, espaço e sujeito: uma relação conflituosa. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v.15, n° 2, p. 51-62, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/25718/14641>. Acesso em: 28 mar. 2023.

HALBSWACHS, Maurice. *Mémoire Collective*. Paris: PUF, 1950. (Memórias Coletivas. São Paulo: Centauro, 2006.)

JESUS, Carolina Maria de. **Antologia Pessoal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria**: diário de uma ex-favelada. São Paulo: Paulo de Azevedo, 1961.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria**, volume 1: Osasco. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria**, volume 2: Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JESUS, Carolina Maria de. **Meu estranho diário**. São Paulo: Xamã, 1996. (Org.) MEIHY, José Carlos Sebe Bom.

JESUS, Carolina Maria de. **Onde estaes felicidade**. São Paulo: Me Parió Revolução, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. **Pedaços da fome**. São Paulo: Aquila, 1996.

JESUS, Carolina Maria de. **Provérbios**. São Paulo: Luzes, 1963.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Ilustração de No Martins. São Paulo: Ática, 2020.

JUNQUEIRA, D. Helena Iraci. (Dir.). O desfavelamento do Canindé. Divisão do Serviço Social da PMSP. In: **Revista Engenharia Municipal**, Ano IX, nº 23, out/dez de 1964.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, p. 305-327, 2006.

KOWARICK, Lúcio; ANT, Clara. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio. (Org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEMO, Carlos. Os primeiros Cortiços Paulistanos. In: SAMPAIO, Maria Ruth. (Coord.). **Habitação e cidade**. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 1988.

LEJEUNE, Philippe. *Lettre ouverte sur le journal intime*. In: LEJEUNE, Philippe. **Pour l'autobiographic**. Paris: Editions du Seuil, 1998.

LEVINE, Robert M.; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Cinderela Negra**: a saga de Carolina Maria de Jesus. 2 ed. Sacramento: Bertolucci, 2015.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual Editora Omega, 1997.

MARTINS, Giovana Maria Carvalho. O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre literatura e história. In: **Anais do VII Congresso Internacional de História**, 2015. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1318.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Carolina Maria de Jesus: o emblema do silêncio. **Revista USP**, [S. l.], nº 37, p. 82-91, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/27047>. Acesso em: 22 mar. 2023.

MENDES, Neilson Silva. Afro-Brasileiridades: fundamentos para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. In: **XIX Jornada Pedagógica caminhos formativos**: políticas públicas, gestão e diálogos pedagógicos.

MIGNOLO, Walter. *Historias locais/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.

MIGNOLO, Walter. *La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso*". **Tabula Rasa**, Bogotá - Colômbia, nº 8, 2008, p. 243-282. Disponível em: <http://www.revistatabularasa.org/numero-8/mignolo1.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

MUNSBURG, João Alberto Steffen; FERREIRA DA SILVA, Gilberto. (2018). Interculturalidade na perspectiva da descolonialidade: possibilidades via educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos Em Educação. Araraquara**, v. 13, nº 1, p. 140-154, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9175/7151>. Acesso em: 21 mar. 2023.

NUNES, Leonardo Dias. As principais dimensões da noção de progresso de JK. **História Econômica & História de Empresas**, v. 25, nº 2, p. 413-445, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/766>. Acesso em: 27 mar 2023.

PAULINO, Jorge. **O pensamento sobre a favela em São Paulo: uma história concisa das favelas paulistanas**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-17052010-111743/publico/jorge01.pdf> . Acesso em: 14 nov. 2022.

PEREIRA, Paulo César. **São Paulo: a construção da cidade, 1872-1914**. São Carlos: Rima/FAPESP, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Debates**, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>. Acesso em: 20 fev. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINTO, Raphael Colvara. A face oculta da Modernidade colonial. **Caderno teológico: PUCPR**. Curitiba. v. 4, nº 2, p. 96-106, 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/cadernoteologico/article/view/26516/24451>. Acesso em: 21 mar. 2023.

PRETTO, Sloane Antoniazzi; MARZULO, Eber Pires. O conceito de favela/slum segundo o IBGE e a ONU. **XXV Salão de Iniciação Científica UFRGS**, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/92016>. Acesso em: 30 dez 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org.). CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005, p. 227-278. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. Vida na favela. *In: Habitação e cidade*. São Paulo: FAU-USP/FAPESP, 1998.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Carolina Maria de Jesus, uma escritora improvável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Marcela Ernesto dos. **Mulher e negra: as memórias de Carolina Maria e Maya Angelou**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/94065> Acesso em: 22 mar. 2023.

SILVA, Daniel Neves. Como ficou a vida dos ex-escravos após a Lei Áurea?. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/como-ficou-vida-dos-ex-escravos-apos-lei-aurea.htm>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

SOUSA, Germana Henriques Pereira de. Carolina Maria de Jesus: escrita íntima e narrativa da vida. *In: Teoria e prática da crítica literária dialética*. 2004. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9169>. Acesso em: 20 fev. 2023.

ULTRAMARI, Clovis; ANDREOLI, Marcelo Caetano. A favela brasileira sexagenária. **Revista Produção e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v.7, jan-dez, 2021. Disponível em: <https://revistas.cefet-rj.br/index.php/producaoedesenvolvimento/article/view/553>. Acesso em: 29 dez. 2022.

VAZ, L. F. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**, v. 24, n° 127, p. 581-597, 1994a.

Walsh, Catherine. Interculturalidade e (des) colonialidade: perspectivas críticas e políticas. **Tema preparado para o XII Congresso ARIC**, Florianópolis, Brasil, 29 de junho de 2009. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/walsh-interculturalidade-e-descolonialidade-pdf-free.html>. Acesso em: 16 mar. 2023.